

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Instituto de Expressão e Comunicação

Departamento de Comunicação - Pós-Graduação

Teoria e Processo da Comunicação I

Prof. Lytton Guimarães - I/ 79

Aluno: Daniel Koslowsky Herz

ANOTAÇÕES PARA UMA REVISÃO CRÍTICA
DA ABORDAGEM CIENTÍFICA EM COMUNICAÇÃO

I. PANORAMA DA PESQUISA CIENTÍFICA EM COMUNICAÇÃO

1. Capitalismo emergente e comunicação
2. As teorias pioneiras
3. O empobrecimento das categorias da Razão
4. A perspectiva latino-americana

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem estreitos limites. Ele aborda uma temática que exigiria uma profunda revisão de literatura, de diversas disciplinas, que multiplicam-se em inúmeros autores. O curto período de tempo disponível, encurtado ainda mais pela necessidade de esperar o andamento dos cursos para que surgissem novos dados sobre os assuntos enfocados, é outra causa de suas limitações. Mas é um trabalho humildemente pretencioso, e por isso é necessário iniciá-lo ressaltando seus limites.

Evidentemente, não é um trabalho conclusivo. Trata-se mais das "primeiras impressões" sobre o problema da abordagem científica em comunicação. É, digamos assim, um exercício de raciocínio sobre o tema, buscando apoio em produções teóricas já consagradas. Poderíamos registrar, também, que a originalidade pretendida para este trabalho consiste na aproximação de diversos autores e de suas propostas teóricas que não tem sido comumente empregadas na análise científica da comunicação.

Pretende o trabalho discutir as premissas filosóficas - e a necessidade dessas premissas é justamente a sua maior conclusão - para o enfoque da comunicação, a delimitação de um objeto e alguns caminhos metodológicos e heurísticos para o desenvolvimento dessa abordagem.

Em função das limitações já referidas, a opção foi produzir um trabalho compilatório, principalmente nos capítulos iniciais, de modo a traduzir com fidelidade o pensamento dos autores que - em nossa opinião - tem contribuições relevantes. O esforço teórico, que se manifesta ao longo do trabalho, portanto, é o de promover um rearranjo de conceitos e noções úteis para o exame do nosso objeto.

1. CAPITALISMO EMERGENTE E COMUNICAÇÃO

O conflito interimperialista de 1914 redefiniu o expansionismo e o colonialismo empreendidos pelos países Europeus favoravelmente aos Estados Unidos. A participação norte-americana na I Guerra Mundial foi fundamental para a dinamização de sua economia e uma expansão interna e externa. Os Estados Unidos se tornaram credores do mundo, e passaram a aparecer "como grandes banqueiros e investidores do mundo, no fim das hostilidades"(1). E enquanto a Europa, de um modo geral, enfrentava a decadência e o empobrecimento trazido pela guerra, os "Estados Unidos atravessavam os anos de sua maior prosperidade, a prosperity, como se dizia então"(2).

O esforço do governo norte-americano pela participação na I Guerra ~~provocou~~ provocou sérias resistências internas, que foram enfrentadas pelos meios de comunicação, que, explorados comercialmente, firmavam-se solidamente na economia do país. O cinema, a imprensa e o rádio que começava a surgir, foram mobilizados nessa tarefa manipulatória de justificar publicamente a participação dos EUA no conflito.

"quando a guerra foi declarada, um grande bloco do povo norte-americano conservava ainda certas atitudes, opiniões e sentimentos não muito favoráveis à adesão e participação integral na guerra. A fim de combater esses sentimentos pacifistas pouco saudáveis, George Creel, chefe da Comissão de Informação Pública (o órgão oficial dos Estados Unidos para propaganda interna), mobilizou o cinema como parte de um esforço geral para 'vender a guerra ao público norte-americano'. Essa atitude deu ao cinema uma função publicitária que não havia representado até então, pelo menos nos Estados Unidos."(3).

"Uma vez que todos os países aderiram politicamente à guerra, surgiu a necessidade urgente e decisiva de criar vínculos mais fortes entre os indivíduos e a sociedade. Tornou-se essencial mobilizar os sentimentos dos indivíduos, inculcar neles o ódio e o medo do inimigo, manter seu moral alto diante das

privações e dirigir suas energias para uma contribuição eficaz pelo seu país.

"O meio para atingir esses objetivos urgentes foi a propaganda. Mensagens publicitárias cuidadosamente planejadas mergulharam a nação em noticiários, retratos, filmes, discos, discursos, sermões, posters, mensagens telegráficas, boatos, cartazes colados em paredes e letreiros. Os principais organizadores das diretrizes políticas declararam que os riscos eram tão altos e os fins tão importantes que justificavam quaisquer meios. O cidadão deveria odiar o inimigo, amar seu país, e empenhar-se ao máximo no esforço de guerra. Não se podia esperar que as pessoas agissem dessa forma espontaneamente. Os veículos de comunicação de massa, disponíveis nessa época, tornaram-se os instrumentos primordiais ~~para persuadir o povo a agir dessa maneira~~" (4).

Foi nesse quadro histórico que ^{se} constituíram ~~nos~~, nos Estados Unidos, as correntes de pesquisa que se preocupadas com o problema da comunicação - quase todas evadidas da sociologia e da psicologia. A indagação fundamental que presidiu o surgimento dessas investigações pioneiras, como lembra Melvin de Fleur, foi: "qual o efeito dos veículos de comunicação?" (5). Esse questionamento era mais que justificável, tendo em vista, como também esclarece de Fleur, as inúmeras confissões públicas do trabalho de manipulação levado a efeito durante a I Guerra, pois "muitas pessoas que haviam participado ativamente da produção da propaganda foram tomadas de sentimentos de culpa diante das graves ilusões que haviam criado" (6).

O efeito dos meios de comunicação, por isso, desde logo polarizou as atenções dos círculos acadêmicos, juntamente com os militares (interessados pelas questões de segurança, ~~ofensivas ou defensivas~~, decorrentes do problema) e os grupos comerciais e industriais, que nutriam crescente avidez ante aquelas técnicas que permitiriam estimular mercados e incrementar vendas. As teorias psicológicas mecanicistas do behaviorismo forneciam ~~o~~ impulso teórico para essas pesquisas iniciais.

2. AS TEORIAS PIONEIRAS

Quatro dos principais teóricos pioneiros, considerados os pais da pesquisa sobre comunicação nos Estados Unidos, interessaram-se justamente pelo efeito da operação dos meios de comunicação de massa, exercendo importante influência, até hoje, na abordagem científica dos fatos da comunicação. São eles: Paul Lazarsfeld (sociólogo, formado em Viena, chegando aos EUA em 1936), investigou os efeitos dos novos meios de comunicação coletiva, pesquisando principalmente sobre as audiências; Kurt Lewin (psicólogo, também de Viena, chegou aos EUA na década de 30), dirigiu suas pesquisas à comunicação em grupos e ao exame das pressões, normas e atribuições do grupo no comportamento e atitude de seus membros; Carl Hovland (psicólogo, graduado em Yale) participou de programas de pesquisas do Exército, e centrou seus interesses ^{NO PROBLEMA DA} comunicação e mudança de atitude; Harold Lasswell (cientista político, formado pela Universidade de Chicago), pioneiro no estudo da propaganda e seus efeitos.

As pesquisas iniciais atribuíam grande importância ao poder da comunicação e às possibilidades de sua utilização como instrumento de propaganda. Harold Lasswell, chegava a essas conclusões, em 1927: "E quanto todos os desconfortos foram feitos e todas as considerações extravagantes postas a nu, o fato permanece que a propaganda é um dos instrumentos mais poderosos do mundo moderno. Ela alcançou sua presente proeminência em reação a um complexo de circunstâncias inéditas que alteraram a natureza da sociedade. As pequenas tribos primitivas podiam reunir seus membros heterogêneos num grupo de combate graças à batida dos tambores e ao ritmo tempestuoso da dança. Era durante as orgias de exuberância física que os jovens eram arrastados pelo ímpeto guerreiro, e que os velhos e os adolescentes, os homens e as mulheres, eram apanhados no redemoinho dos objetivos da tribo. Na Grande Sociedade não é mais possível fundir a volubilidade dos indivíduos na fôrma da dança guerreira; um instrumento original e mais sutil deve unir milhares e milhões de seres humanos numa massa amalgamada de ódio, vontade e esperança. Uma nova chama deve calcinar o cancro da discórdia e temperar o aço do entusiasmo guerreiro. O nome desse malmo e da obra da solidariedade social é propaganda" (7).

Posteriormente, essa visão apocalíptica das potencialidades da comunicação foi sendo abandonada e diversas pesquisas passaram a constatar outros fatores que concorrem para a mudança de comportamento, num processo de comunicação. Na década de 40 - na qual se consolidaram as principais correntes teóricas de abordagem da comunicação, e que coincidem com uma violenta expansão dos meios de comunicação - as pesquisas de Lazarsfeld, Berelson e Gaudet, demonstraram a atuação dos chamados "líderes de opinião", que recebiam prioritariamente a influência dos meios de comunicação, transmitindo, interpretando e influenciando - com base nesta comunicação - a pessoas mais desvinculadas dos circuitos comunicativos. Um desses pesquisadores, Lazarsfeld, juntamente com R. K. Merton, desenvolveram pesquisas que levaram a uma caracterização funcionalista dos meios de comunicação (8), mas sempre dentro dos parâmetros dos métodos empíricos quantitativos, herdados das ciências sociais do século XIX. Na década de 50, essas linhas de pesquisa tiveram continuidade, principalmente com as teorias de Daniel Lerner e Wilbur Schramm, que destacavam a utilização da comunicação massiva como instrumento de promoção da passagem das sociedades tradicionais (dos países subdesenvolvidos) às sociedades modernas (dos países desenvolvidos).

Também no final da década de 40, um grupo de pesquisadores da Companhia Bell de telefones, desenvolveu uma teoria matemática da informação, definindo informação como "quantidade de imprevisibilidade de um conjunto" (9), e baseando suas observações na operação de aparatos mecânicos. Essa teoria da comunicação teve grande influência no campo das ciências naturais, mas foi inadvertidamente aplicada à análise em ciências sociais, levando a confundir o mecanismo de um sistema de transmissão de mensagens com o processo verificado numa comunicação entre seres humanos - que são apenas análogos. Nessa mesma época (final da década de 40), surgiram as teorias cibernéticas de Norbert Wiener, que procederam a análise das funções de comunicação e controle, em sistemas naturais e artificiais. A teoria matemática da informação, posteriormente, seria articulada com as teorias cibernéticas, ampliando suas possibilidades teóricas.

3. O EMPROBRECIMENTO DAS CATEGORIAS DA RAZÃO

É interess^{ANTE} constatar que essas correntes de pesquisa [redacted] norte-americanas traçaram um caminho próprio dentro das ciências sociais, mantendo-se relativamente livres às influênci^{AS} de [redacted] conquistas^{EM OUTRAS DISCIPLINAS SOCIAIS,} [redacted].

[redacted] As teorias da comunicação constituem claramente uma visão norte-americana do problema, formulada numa determinada conjuntura histórica e que orientou, como marco teórico, todo desenvolvimento ulterior da pesquisa. As fontes europeias^{DAS CIÊNCIAS SOCIAIS}, por outro lado, tiveram um desenvolvimento mais^{DIVERSIFICADO} e mostraram-se receptivas, por exemplo, às influências das correntes lingüísticas que se formaram a partir dos trabalhos de Ferdinand de Saussure, publicados a partir de 1916. As teorias da comunicação norte-americanas desconheciam estes trabalhos apesar de que, como sustent⁴ Eliseo Verón, "a linguagem é o único tipo de conduta social cuja função primária é a comunicação"⁽¹⁰⁾. O estruturalismo lingüístico prosseguiu seu desenvolvimento nas décadas posteriores, com diversas contribuições entre as quais destaca-se ^{DA} a Escola de Praga (Martinet, Vendryès, Benveniste, Troubetzkoy). As teorias lingüísticas acabaram inspirando as pesquisas antropológicas de Lévi-Strauss, que, dando continuidade a certos elementos (teoria das representações coletivas) da sociologia de Émile [redacted] Durkheim, lançou em 1945 as bases⁵ do Estruturalismo.

Carlos Nelson Coutinho, em seu livro "O estruturalismo e a miséria da razão", aponta a corrente fundada por Lévi-Strauss como empobrecedora das categorias racionais desenvolvidas até o final do século pelo pensamento de Hegel e Marx. Conforme Coutinho, em Hegel, expressão máxima do pensamento burguês em sua fase revolucionária, manifestaram-se as três categorias fundamentais da Razão: o Humanismo (o homem é produto de sua própria atividade, de sua história coletiva); o Historicismo Concreto (a afirmação do caráter ontologicamente histórico da realidade, com a consequente defesa do progresso e do melhoramento da espécie humana); e a Razão Dialética (em seu duplo sentido; como racionalidade objetiva imanente ao desenvolvimento da realidade; e como categoria orientadora do conhecimento na apreensão desta realidade).

conforme Coutinho, a apropriação crítica, por Marx, das teses hegelianas, já ocorre num período de franco desenvolvimento do capitalismo e consequente ^{te}giação do caráter revolucionário e ascendente do pensamento burguês. A partir daí, ~~este~~ sustenta o autor, decorreu um progressivo e radical empobrecimento dessas categorias da razão, num movimento que denomina "miséria da razão", até serem negadas na filosofia subjacente ao ~~este~~ Estruturalismo.

O caráter "preponderantemente instrumental" da Communication Research norte-americana e a retenção apenas do "conteúdo manifesto, detectável empiricamente e reatível estatisticamente"(11) da realidade, a aproxima muito das teses estruturalistas - muito embora essa proximidade se dê muito mais pelo empobrecimento das categorias racionais que utilizam, do que por convergências teóricas ou metodológicas. Isto é, aproximam-se por trilhar conjuntamente, ainda que por pistas diversas, as sendas da "miséria da razão". Charles Wright Mills, criticando as correntes sociológicas norte-americanas e acusando-as da prática de um empirismo abstrato, aponta suas fragilidades e indefinições: "Como estilo de ciência social, o empirismo abstrato não é caracterizado por qualquer proposição ou teoria substantiva. Não se baseia em qualquer concepção nova da natureza da sociedade ou do homem, ou sobre quaisquer fatos com eles relacionados" (12).

Bastante "original", entre as fontes norte-americanas para o estudo da comunicação, é o trabalho de Marshall McLuhan que, embora atribua aos meios técnicos uma força decisiva e unilateral para as mudanças sociais e falsifique o desenvolvimento da história (13) foi o "primeiro autor que propôs uma teoria materialista dos meios. Em seu caso, é um materialismo perfeitamente mecanicista e determinista, porém susceptível, por sua inversão do enfoque tradicional, de pôr-nos no caminho de uma apreensão mais realista. O meio é a mensagem: tal é sua proposta. Esta expressão, deliberadamente enocante, pode dar lugar a uma retificação teórica e metodológica de importância. Preocupar-se exclusivamente com o conteúdo dos meios para definir seu caráter conscientizador ou ideologizante, para discutir se constituem ou não uma forma de alienação dos

clientes, equivaleria a querer esgotar o estudo do sistema capitalista em uma discussão acerca da boa ou má qualidade dos seus produtos industriais, sem perceber nunca (por mais rigorosa que seja a discussão) a originalidade histórica da forma industrial da produção, nem a alteração que introduz na ^uestrutura de classes" (14).

Paralelamente ao desenvolvimento desenfreado do ⁱempirismo norte-americano, no final da década de 40, Adorno e Horkheimer, da denominada Escola de Frankfurt, denunciaram o caráter ideológico de conceitos como "cultura de massas", empregados acriticamente na pesquisa sobre comunicação, e formularam o conceito de indústria cultural. Essa importante contribuição das fontes européias, recolocava novamente o problema da economia nas ciências sociais, na abordagem dos fenômenos da comunicação. Continuando essa linha de pesquisa, Edgar Morin desenvolveu mais sistematicamente o conceito de indústria cultural. Morin demonstrou o caráter contraditório da atuação dos meios de comunicação de massa, que promove, concomitantemente, um processo de sincretização e de homogeneização dos valores culturais (15).

Mas a grande dificuldade - provocada justamente pela desarticulação das ciências sociais que renegam as categorias da razão hegelianas e marxistas - dessas abordagens em comunicação é justamente a delimitação do objeto de análise. Esse problema se manifesta tanto através das divergências na descrição e listagem dos fenômenos envolvidos nos processos de comunicação (fixados como elementos estáticos de modelos teóricos, ou tipologias, comuns na Communication research), como pela dissolução da concreticidade da história e das condições sociais em que se processam esses fenômenos. A análise proposta pela Escola de Frankfurt e as teorias de Morin, serviram para recolocar a pesquisa em comunicação novamente para dentro da realidade social, mas generalizando a observação da sociedade capitalista extremamente desenvolvida, perdeu-se a perspectiva histórica e a análise ficou substancialmente empobrecida.

Outra corrente pouco integrada à abordagem científica da comunicação é a semiologia, cujo objeto foi proposto pelo linguista Ferdinand de Saussure, ao formular os estatutos de um estudo científico da linguagem. Para Saussure, a semiologia seria a teoria geral dos signos, da qual a lingüística seria o campo mais avançado. Apesar do trabalho de Charles Sanders Peirce, norte-americano que propôs o termo semiótica, a semiologia é marcadamente uma fonte européia. Peirce, designando com semiótica igualmente uma teoria geral dos signos, dava ênfase à lógica, enquanto Saussure enfatizava o aspecto lingüístico e social do signo.

Embora forneça importante contribuição teórica a uma abordagem científica da comunicação, a semiologia mante^{VE}-se praticamente afastada como um campo autônomo. Posteriormente, Roland Barthes, invertendo a proposição de Saussure, sem grandes justificações teóricas, subordinou a semiologia à lingüística, tornando suas possibilidades de aplicação a uma teoria da comunicação. Finalmente, Júlia Kristeva surge com a proposta de síntese entre as posições de Saussure e Barthes, apontando a semiologia como "a ciência das ideologias" e a "ideologia das ciências" (16).

4. A PERSPECTIVA LATINO-AMERICANA

Outra fonte importante para o estudo da comunicação, principalmente a partir do final da década de 60, são as teorias latino-americanas. Assimilando as teorias semiológicas, a interpretação marxista da comunicação social e os conceitos revolucionários de mudança social experimentados nas nações socialistas, as teorias latino-americanas passaram a ocupar uma vanguarda da abordagem científica da comunicação, como sugere o relatório do Departamento de Investigação da CIESPAL, "La evolución de la investigación de la comunicación en América Latina", apresentado em 1973, [REDACTED]

O relatório situa o interesse pela comunicação na América Latina a partir dos anos 30, coincidindo com as pesquisas pioneiras dos clássicos norte-americanos. A "ciência social carente de autonomia, fundamentação crítica e autenticidade" (17), que marcava a América Latina, favorecia a importação dessas teorias, que juntamente com conhecimentos tecnológicos e científicos de outras áreas, abasteciam a demanda criada com muita intensidade a partir da II Guerra. Essas teorias, obviamente, traziam o timbre ideológico do capitalismo norte-americano.

Essas teorias comportavam um ^{CONTEXTOS} [REDACTED] em que prevalecia uma tradição de estudos de jornalismo, de orientação liberal-burguesa, segundo uma tendência europeia, que buscava apoio nas ciências históricas e jurídicas. A influência norte-americana alterou esse quadro, estimulando a ⁿênfase na análise de conteúdo ^{no} fológico e classificação temática, nessas pesquisas sobre jornalismo, dentro do marco teórico do enfoque funcionalista e dos métodos quantitativos aplicados pelas ciências sociais já no século XIX.

Max Weber, que propunha a análise em grande ^aescala do conteúdo dos jornais como primeira etapa das investigações empíricas sobre comunicação, e Jacques Kayser, que desenvolvia estudos de conteúdo, exerceram grande influência nessa fase. Mas os clássicos norte-americanos, como Lazarsfeld, Lasswell, Ralph Nazziger e Paul Deutschmann, também tiveram grande penetração.

Em 1960, a CIESPAL inicia sua atuação, dentro de um quadro em que as 38 escolas de jornalismo existentes na América Latina, privilegiavam a formação literária e humanista dos profissionais, numa ^{científica} ~~formação~~ tecnicamente voltada para a incorporação aos meios de comunicação. Os estudos iniciados pela CIESPAL acentuaram a preocupação crítica com as teorias e com a investigação científica dos problemas de comunicação na América Latina. Mas até o final da década de 60, privilegiou-se a análise de conteúdo formal, morfológica, desprezando-se o conteúdo intrínseco dos meios.

Outra influente corrente na América Latina é a das técnicas empiristas norte-americanas com seu enfoque atomístico e funcionalista, traduzidas nos métodos de levantamento de audiência que predominam até hoje, vinculadas aos interesses privados na exploração dos meios de comunicação.

Mas a corrente mais importante, nos últimos anos, foi sem dúvida o "difusionismo" norte-americano. Já em 1940 os EUA propunham a criação de um Instituto Interamericano de Agricultura, para ajudar os países latino-americanos a vencer os problemas do subdesenvolvimento. Criado o IICA - Instituto Interamericano de Ciências Agrárias, foi desenvolvido um programa de investigação e educação para a formação de extensionistas agrícolas voltados para os países da região. Os estudos verificavam o processo de difusões agrícolas.

Em 1964, o I Simpósio Interamericano de Investigação das Funções de Divulgação no Desenvolvimento Agrícola, considerava necessária a participação de técnicos agentes de ~~escambo~~, adequadamente treinados em comunicação, capazes de efetuar investigações sobre a comunicação em diferentes níveis. Esses estudos eram bastante falhos e desconsideravam a classe de informação necessitada pelos camponeses, as estratégias de apresentação de mensagens, a eficiência dos sistemas de distribuição de informações e os recursos disponíveis no setor agropecuário para a elaboração de informação. - lembra o relatório da CIESPAL.

Essas teorias difusionistas baseavam-se nas teorias sociológicas de modernização que tiveram seu apogeu nos EUA entre 1950 e 1960. Embora o difusionismo se mostrasse bastante útil para a implementação de modelos associados de desenvolvimento, de caráter internacionalista - e talvez por isso mesmo - não tardaram em surgir reações críticas. Assim, os modelos difusionistas passaram a ser denunciados pelo "autoritarismo, pela promoção de uma comunicação verticalista, que impõe o ponto de vista de uma cultura estrangeira e forânea e que consolida os laços de dependência econômica e social, e enfatiza demasiadamente a comunicação na análise da mudança social. Essa reação crítica começou a bombardear as teorias difusionistas que predominaram entre 1960 e 70, estimulada intelectualmente e financeiramente por Universidades, e organizações norte-americanas e européias e por órgãos internacionais com sede na América Latina.

Ocupando o espaço preenchido pelo difusionismo, o estrutural-funcionalismo, cedeu lugar à comunicação para o desenvolvimento, que abriu caminho para o surgimento das mais diversas propostas teóricas. Embora o estrutural-funcionalismo ainda se baseasse em muitos vícios das teorias precedentes, foi sendo criticamente depurado, e hoje, pode-se dizer, o panorama atual da investigação da comunicação encontra-se ^{MARKADO} pela diversidade de soluções adotadas. Incluindo, desde formulações técnicas e práticas de políticas nacionais e regionais de comunicação, voltadas para um desenvolvimento integral, até avançados estudos teóricos que propõem a integração, no campo da comunicação, de todos os estudos no âmbito das ciências sociais.

A aplicação do método dialético possibilitou o avanço na compreensão dos fenômenos da comunicação, e uma recuperação das categorias racionais, referidas anteriormente no presente trabalho por Carlos Nelson Coutinho. Antônio Pasquali desenvolveu importantes estudos, propondo uma revisão nos conceitos de comunicação, com base no método dialético. As correntes que assimilaram as propostas teóricas do estruturalismo, entretanto, fortaleceram-se bastante com ^{A PENETRAÇÃO DE} trabalhos como os de Alberto Goldman e Althusser, que tentaram ^{É PROGRESSIVAMENTE} sintetizar o marxismo com o estruturalismo. Por outro lado, trabalhos como o realizado por Armand Mattelart e o grupo Ceren no Chile, Eliseo Verón na Argentina e o

citado Antônio Pasquali, da Venezuela, dedicam-se a fazer análise ideológica das mensagens transmitidas pelos meios massivos. Esses trabalhos reforçam a importância da problemática das relações sociais e econômicas na abordagem da comunicação, dentro de uma perspectiva que não exclui a análise materialista^{LIS}-dialético.

Finalmente, podemos concluir constatando que o método estruturalista e o dialético, polarizam os principais estudos de comunicação na América Latina.

E, acreditamos, é na discussão dessas duas grandes correntes que começarão a ser achados mais sólidos caminhos de pesquisa. Não acreditamos que essa encruzilhada tipifique uma perspectiva latino-americana, mas sim consista num dos problemas centrais das ciências sociais contemporâneas.

A verdadeira perspectiva latino-americana, esta sim, é a do desenvolvimento de conhecimentos que conduzam a alternativas politicamente viáveis para a construção de uma sociedade comprometida com os interesses das maiorias, que ~~sejam~~ são submetidas a minorias, mais ou menos opressivamente, em todos os países. O método dialético, em nossa opinião, é o que reúne mais condições para defrontar-nos com a realidade. Coerentes com essa ótica, passaremos a examinar as possibilidades de análise da comunicação, dentro de um enfoque dialético. Baseando-nos em diversas contribuições, procuraremos delimitar um objeto para uma abordagem científica dos fenômenos da comunicação e propor novas possibilidades de análise.

REFERÊNCIAS (Capítulo I)

- (1) LIMA, Heitor Ferreira, Do imperialismo à libertação colonial, p.46
- (2) Ibidem, p.62
- (3) DE FLEUR, Melvin. Teorias de comunicação de massa, p.67
- (4) Ibidem, p.155-6
- (5) Ibidem, p.163
- (6) Ibidem, p.156
- (7) Ibidem, p.158
- (8) MARTÍNEZ, J.M. "Para entender los medios de comunicación", in Igeología y medios de comunicación, p. 103
- (9) Ibidem, p.108
- (10) VERÓN, Eliseo. Lenguaje y comunicación social, p.11
- (11) MATTELART, Armand. Los medios de comunicación de masas, p.14
- (12) MILLS, Charles Wright. A imaginação sociológica, p.64
- (13) Conforme FINKELSTEIN, Sidney. McLunán: a filosofia da insensatez.
- (14) MARTÍNEZ, op. cit., p. 127
- (15) Ibidem, pp. 103-4
- (16) KRISTEVA, Júlia. "A semiologia: ciência crítica e/ou crítica da ciência". In: Teoria da cultura de massa, pp. 285-298.
- (17) CIESPAL - Departamento de Investigación. La evolución de la investigación de la comunicación en América Latina, p.13

II. A REALIDADE E O HOMEM

1. A especificidade do homem
 - 1.1. A função de relação
 - 1.2. Funções cerebrais
 - 1.3. O desenvolvimento mental e a socialidade do homem
2. Natureza da realidade humana
 - 2.1. O conceito de Praxis
 - 2.2. Evolução histórica do conceito de Praxis
 - 2.3. Praxis: categoria central da filosofia

1. A ESPECIFICIDADE DO HOMEM

1.1. A função de relação

A condição mais genérica de existência do homem é como matéria viva. É nessa condição de matéria viva - que se distingue da matéria bruta, mineral ou inanimada - que o ser humano categoriza-se primordialmente na natureza. "A característica fundamental da matéria viva é a de que, diante de seu meio, existe em funções de reações em cadeia. Essas reações se processam dentro de um sistema que se tornou a sua principal propriedade. Cada reação, quando se termina, engrena-se numa seguinte. Esse sistema de reações em série, porém, não é um círculo vicioso. Não se alimenta a si próprio. Está inserido no meio natural. Sobre este reage e, com os recursos deste, alimenta aquela cadeia de reações. E como não é um sistema de reações que se repetem em círculo vicioso, haverá sempre não só a transformação como evoluções. (...) As reações em cadeia existentes na intimidade do ser vivo e que lhe dão aquela condição animada compõem um sistema global de reações, formando a unidade biológica. Entretanto, ela não existe por si. Essa unidade não é independente do meio, não é alheia a ele, nem está solta e auto-suficiente nos espaços. Ela é uma unidade e uma individualidade em face ao meio. Reage sobre este mas, deste depende, pois é dele que advém os alimentos com os quais forma seu organismo e processa seu crescimento e sua reprodução. Vemos, portanto, os seres vivos existindo dentro de duas ordens de reações, que são duas ordens de contradições: as do ser, tomado como unidade, sobre o meio e as que se processam na intimidade dos seus tecidos"(1).

Assim, a vida, forma superior de movimento da matéria, tem como traço fundamental o dinamismo interativo dos seres vivos com a natureza, na qual se encontram inseridos. Dessa unidade dialética entre as reações intrínsecas ao indivíduo biológico e o meio ambiente em que se localiza, advém que as transformações externas ao indivíduo são acompanhadas de adapta-

ções internas e vice-versa, as exigências internas à unidade biológica do ser tendem a estimular sua interferência sobre o meio.

A conexão dos organismos vivos com o meio inanimado e os outros organismos é a origem da evolução orgânica através do desenvolvimento de cada vez mais complexos nexos energéticos do organismo com o meio, e cada vez mais complexas cadeias de sucessivas transformações de substância e energia no seu interior. "A capacitação de cada um desses sistemas orgânicos vem se fazendo desde tempos imemoriais, a partir do syncytium tendo chegado até o homem, mas não se pode admitir que tivesse ocorrido por si, senão como resultado desse contínuo esforço da matéria viva para crescer e adaptar-se às condições ambientais"(2).

1.2. Funções cerebrais

O desenvolvimento metabólico exigiu uma especialização cada vez mais nítida de órgãos cujas propriedades satisfizessem as necessidades vitais dos organismos. A seleção crescentemente especializada de substâncias alimentares exigiu órgãos sensoriais, com funções analisadoras, respondendo à necessidade de escolher, entre os materiais componentes do meio, os apropriados para a subsistência.

"O funcionamento dos órgãos dos sentidos não poderia estar desligado de órgãos em funções de cujas necessidades se criaram. Um sistema de ligações foi surgindo entre os órgãos dos sentidos e todos os da vida vegetativa residentes nas profundezas dos corpos vivos. Os rudimentos do sistema nervoso se foram aprimorando e se desenvolvendo como resposta às crescentes solicitações, tanto das vísceras, como das adaptações dos seres vivos ao meio"(3).

Na medida em que se "tornavam essenciais as reações complementares de adaptabilidade na procura das condições de existência necessárias num meio complexo e variável", promovia-se nos organismos uma articulação progres-

siva das funções vitais, que se centralizavam através do sistema nervoso. O encéfalo surge como resultado da complexificação dos organismos e de suas relações com o meio, constituindo um "órgão de direção", isto é, "um sistema que coordena a atividade dos diferentes órgãos entre si e que regula, com a ajuda do reflexo psíquico, a relação recíproca do organismo com o meio exterior"(4).

A coordenação dos órgãos sensoriais pela massa cefálica permitiu o aperfeiçoamento da função de relação. Através desse sistema nervoso superior os organismos aumentaram sua capacidade de análise do ambiente exterior, desenvolvendo as possibilidades de discriminação e assimilação das feições do ambiente. Estimulados basicamente pelas reações de nutrição, os seres vivos diferenciaram progressivamente os órgãos mais diretamente envolvidos na função de relação, especializando essa função. Essa relação complexa do indivíduo com o meio, gera um processo rudimentar de conhecimento, isto é, de reprodução psíquica e reflexo da realidade.

"Não se pode admitir outra coisa quando vemos um gato comer queijo e refugar uma pedra. Se ele distingue um do outro, devorando o primeiro e rejeitando o segundo, não é por outra razão senão porque, através do funcionamento de seus órgãos analisadores periféricos e centrais, conhece-os, ou melhor, reconhece a cada um, como necessário à satisfação de uma solicitação orgânica, e a outro, como indiferente e desnecessário. O mesmo gato que corre atrás do rato, foge dos cães. Não será porque os conhece, a ambos, por intermédio do significado que cada um deles tem para sua vida ?

"O processo de conhecimento do nome não difere do processo do gato senão em grau. Tanto num como noutro, o conhecimento é um estágio da reação do sujeito sobre o objeto.

"O gato viu e cheirou o queijo. Em seguida o provou, nesse momento, o identificando pelas propriedades percebidas. Mas essas propriedades adquiriram, então, a característica de qualidades. É que, quando as correntes nervosas, vindas das solicitações orgânicas profundas, reagem sobre as proprie

dades, o animal percebe se ineconvém à satisfação das necessidades. Nesse momento a propriedade adquiriu, para o animal, a função de qualidade.

"Numa reação deste tipo é que reside o núcleo do processo de reconhecimento em toda escala zoológica. Nem seria outra a via de obtenção da explicação científica do fenómeno nervoso superior de conhecimento senão a das condições gerais da natureza, com sua base material e seu desenvolvimento histórico" (5).

■ Ivan Pavlov identificou dois circuitos de reação de adaptação dos animais e do homem condicionados pela excitação dos receptores e pela atividade do sistema nervoso central. Nos animais superiores, inclusive o homem, Pavlov constatou a existência de uma primeira instância das relações entre "o organismo e o meio circundante, que tem a sua base na zona subcortical, próxima dos hemisférios, com ^{os seus} complicadas reflexões exteriores não condicionadas, provocadas por um escasso número de agentes não condicionados, quer dizer, que atuam desde o nascimento do ser" (6).

"Os reflexos não condicionados são reações inatas de resposta do indivíduo, iguais nos seres da mesma espécie. Caracterizam-se pelo nexos constante entre o estímulo sobre tal ou tal receptor e determinada reação de resposta que permite aos organismos adaptarem-se a condições de vida relativamente estáveis. Regra geral, os reflexos não condicionados produzem-se através da medula e das secções inferiores do encéfalo. As complexas combinações e cadeias de reflexos não condicionados denominam-se instintos" (7).

Pavlov, dando continuidade ao trabalho de Ivan Séchenov, desenvolveu a teoria sobre a existência de outro sistema sinalizador na atividade nervosa superior: o dos reflexos condicionados, que regulam a adaptação dos seres superiores ao ambiente. "Os reflexos condicionados são reações adquiridas durante a vida do organismo em resposta à excitação dos receptores; nos animais superiores e no homem, estes reflexos estabelecem-se por meio da formação de conexões temporais no córtex do cérebro e servem como mecanismo de adaptação às complicadas e variáveis condições do meio ambiente. Segundo as representações modernas, os reflexos condicionados não terminam com a ação, mas com a percepção e a ação de seu resultado" (8).

"A segunda instância é constituída pelos grandes hemisférios, embora sem os lóbulos frontais. Af, graças aos nexos condicionados, aparece um novo princípio de atividade: a sinalização de poucos agentes não condicionados por uma massa inumerável de outros agentes, analisáveis e sintetizáveis, que permitem em grande medida a orientação no meio ambiente. Isso constitui o único sistema sinalizador do organismo animal e o primeiro no homem. No homem, acrescenta-se, especialmente nos lóbulos frontais do cérebro, outro sistema (segundo) de sinais, o da sinalização por meio da palavra, da linguagem. Com ele, introduz-se um novo princípio de atividade nervosa, o da abstração e generalização dos inúmeros sinais do sistema precedente, e com a análise e síntese destes novos sinais generalizados, introduz-se o princípio que condiciona a orientação ilimitada no mundo circundante"(9).

1.3. O desenvolvimento mental e a socialidade do homem

A divisão orgânica e a multiplicação das funções coordenadas distinguem o homem na escala zoológica. Nos seres humanos, o sistema nervoso central não evoluiu apenas morfológicamente, como a totalidade dos animais, mas desenvolveu-se ampliando e aperfeiçoando suas possibilidades funcionais.

Essa possibilidade orgânica - a de formação de novos mecanismos cerebrais - e a natureza profundamente social do homem traduziram-se na formação de funções neurodinâmicas que tornam possível a comunicação por meio da linguagem e do pensamento verbal. Assim, a capacidade de abstração e assimilação (reconhecimento e identificação) das feições da realidade, de retenção conceptual dessas percepções e de generalização da experiência, por um lado tem um substrato biológico e por outro constituem o resultado do processo cada vez mais complexo de socialização do homem.

"Enquanto a experiência da espécie nos animais se transmite hereditariamente sob a forma de instintos, nos homens a assimilação das formas de atividade historicamente elaboradas, acontece no decurso do desenvolvimento do indivíduo f que faculdades especificamente humanas como o

ouvido para a linguagem e o ouvido musical, a faculdade para o pensamento abstrato e outras, não sejam funções de estruturas cerebrais morfológicas, mas neurodinâmicas, que possuem relativa estabilidade. O progresso da atividade psíquica dos homens não se produziu devido à evolução morfológica do cérebro - como se deu na história do reino animal - mas graças ao aperfeiçoamento das suas possibilidades funcionais. Este aperfeiçoamento está ligado ao desenvolvimento das formas de experiência humana, à sua conservação, transmissão e reelaboração e inclusive à criação de dispositivos automáticos que facilitam o trabalho mental e elevam as possibilidades criadoras do ser humano"(10).

Enquanto a conduta do animal é basicamente intuitiva (com predominância de reflexos não condicionados sobre os reflexos condicionados), como simples reação ao meio ambiente, a conduta humana é conduzida pelo pensamento que, num processo ativo torna possível o reflexo mediato da realidade, [REDACTED]. Por essa possibilidade biológica o homem destaca-se da natureza e dos animais superiores por sua capacidade de tomar consciência da realidade, isto é, de reconhecer as feições da realidade em que se insere e de adotar uma prática, não apenas adaptando-se à natureza, mas também adaptando-a a natureza para si.

Apesar de estar indissolúvelmente ligado à estrutura fisiológica do cérebro, não é possível explicar o pensamento como uma mera função biológica. "O aparecimento do ^{PENSAMENTO} [REDACTED] está vinculado, sobretudo, ao desenvolvimento social, não à evolução biológica. O pensamento é um produto social tanto pelas particularidades de sua origem, como pelo seu funcionamento e pelos seus resultados. Isto explica-se pelo fato de que só existe em indissolúvel união com o trabalho e com a fala, que se dão exclusivamente na sociedade humana".(11)

"O pensamento propriamente dito é criador; surge em situações que, para resolver os problemas, é indispensável adquirir novos conhecimentos que permitam modificar as condições circundantes com o fim de satisfazer necessidades. Os produtos do pensamento constituem modelos psíquicos da realidade, modelos que figuram no plano gnoseológico como imagem dos objetos. O pensamento é uma premissa necessária a qualquer outra atividade, pois esta é o resultado desen-

volvido e reelaborado daquele. O pensamento sofre uma complexa evolução, cria formas derivadas da atividade intelectual - processos de percepção, de representação, hábitos de diferentes gêneros, etc. - . À medida que estas formas se consolidam, o pensamento apoia-se nelas para resolver novos problemas mais complexos" (12).

A forma elementar do pensamento é encontrada também nos animais. Mas é no homem, e devido ao seu caráter social, que o desenvolvimento mental, surgindo e desenvolvendo-se durante a produção social - que reflete o alto grau de organização da vida social - será também compartilhado socialmente, multiplicando suas possibilidades de progresso.

"Na fase humana, o aparecimento do trabalho dá origem ao pensamento verbal, especificamente humano, que se separa da prática na qualidade de atividade teórica. Graças ao desenvolvimento do segundo sistema de sinais, o pensamento na sua forma superior, translada-se para o plano interno das atividades. Neste caso, o objeto pode ser constituído não pelas coisas reais, mas pelos seus modelos psíquicos. Os resultados objetivos de tal pensamento são modelos da realidade estruturados com a participação da linguagem. Modelam-se não só as relações entre sujeito e objeto, mas também, as relações entre objetos diferentes. No aspecto gnoseológico, estes modelos apresentam-se como conceitos, juízos e raciocínios que refletem as leis que regem o movimento dos objetos, alguns dos seus aspectos e propriedades, freqüentemente inacessíveis à percepção imediata, os nexos e as interdependências essenciais. Os produtos objetivos do pensamento verbal, interceptando-se na atuação prática, consolidam-se nas correspondentes transformações dos objetos reais. Constituem a experiência histórico-social que a nova geração assimila mediante o ensino!" (13)

2. NATUREZA DA REALIDADE HUMANA

2.1. O conceito de Praxis

O modo peculiar de interagir com a natureza - através do trabalho - e o seu caráter profundamente social, definem no homem sua especificidade: a de um ser capaz de elevar-se da realidade natural (à qual pertence e está fisicamente vinculado) construindo a realidade humano-social. Transformando ativamente e criadoramente a realidade natural, o homem transforma a si próprio em ser humano.

O conhecimento - processo pelo qual a realidade é refletida e reproduzida no pensamento - socialmente partilhado e desenvolvido, forma a cultura(14). A cultura, nível social, e o conhecimento, a nível individual, fornecem a base para o ato teleológico, de objetivação da intencionalidade humana; o trabalho. "Com a vida social introduziu-se no ser dos processos uma realidade nova, uma nova categoria ontológica: o ato teleológico. Enquanto na realidade natural ocorre apenas causalidade, na sociedade a causalidade relaciona-se estreitamente e organicamente com a teleologia. O ato teleológico primário, sobre o qual organiza-se uma rede de complexos teleológicos de nível superior, verdadeiras objetividades teleológicas, é o trabalho econômico" (15).

"O autêntico caráter da criação humana como realidade ontológica foi sintetizado no conceito de praxis, que "constitui o ponto culminante da filosofia moderna"(16). O conceito de praxis "nasce como resposta filosófica ao problema filosófico: quem é o homem, o que é a realidade humano-social, e como é criada esta realidade?"

No conceito da praxis a realidade humano-social se desvenda como o oposto do ser dado, isto é, como formadora e ao mesmo tempo como forma específica do ser humano. A praxis é a esfera do ser humano"(17).

2.2. Evolução histórica do conceito de Praxis

Na antiguidade grega o domínio e a transformação material da natureza eram secundários em relação à atividade intelectual contemplativa, que exerceu papel decisivo no aperfeiçoamento da socialidade do homem. "Em suas origens ocidentais, isto é, na Antiguidade grega, a filosofia ignorou ou repeliu o mundo prático e o repeliu exatamente por não captar nele muita coisa além do que via - e continua vendo vinte e cinco séculos depois - a consciência comum: seu caráter prático-utilitário (18).

"Ao grego antigo interessava principalmente o domínio do universo humano, a transformação da matéria social, do homem, para com ele criar e desenvolver essa peculiar realidade humana, social, que é uma inovação do mundo antigo: a polis. A polis é a expressão mais alta do processo de transformação consciente do homem como ser social ou 'animal político'. A transformação das coisas, da natureza, ou seja, a prática social produtiva, ocupa na Grécia um lugar secundário. (...) A idéia de que o homem se faz a si mesmo e se eleva como ser humano justamente através de sua atividade prática, com seu trabalho, transformando o mundo material - idéia que só surgirá na consciência filosófica moderna - era, em geral, alheia ao pensamento grego. Para este, o homem se aprimora exatamente pelo caminho inverso: através da isenção de qualquer atividade prática material e, portanto, separando a teoria, a contemplação, da prática. Essa concepção tem sua mais marcante expressão filosófica em Platão e Aristóteles". (19).

Apesar disso, embora na sociedade grega predominem essas concepções filosóficas, em alguns filósofos sofistas (Protágoras, Hípias, Pródico, Antifão) e cínicos (Antístenes, Diógenes), a separação radical entre teoria e prática, entre trabalho físico e intelectual, não é hipostasiada. Apesar de que a atitude depreciativa em relação ao trabalho tenha prevalecido em Atenas e no mundo grego antigo, "nas cidades industriais e comerciais jônicas, manifesta-se uma unidade de ciência e técnica que se exprime pela atitude e natureza dos sofos, ou sábio jônio". (20)

É somente no renascimento que uma nova perspectiva filosófica vai alterar a consciência da praxis. A ascensão [redacted] da burguesia como classe social emergente produziu uma revolução filosófica. O conhecimento científico deixa de ser degradado a mera solução de problemas prático-mecânicos, "para colocar-se a serviço da produção capitalista e, por sua vez, ser impulsionada por esta", o que gera uma nova atitude em relação à ciência, à técnica, e às atividades humanas de transformação da natureza. (21) "Valoriza-se a ação do homem, e não apenas a contemplação desinteressada. (...) A razão permite compreender a natureza; sua vontade - iluminada pela razão - permite dominar e modificar a natureza" (22).

"Considerada como um todo, a consciência filosófica renascentista da praxis, ainda que sem repelir a atividade prática material produtiva e inclusive a enaltecendo, relega-a, sem dúvida, a um plano inferior. Há certamente outras formas de atividade - como a arte e a política - mas essas, como a contemplação, assumem o caráter de atividades excepcionais, às quais não tem acesso a massa de indivíduos práticos inferiores: artesãos, mecânicos, agricultores, etc. É apenas nessas atividades excepcionais que se unem o teórico e o prático, como o demonstram os exemplos de Leonardo e Alberti, na arte, ou de Maquiavel em política" (23).

"Segundo os interesses da burguesia em ascensão, a necessidade de transformar a natureza, isto é, de desenvolver as forças produtivas - assim como a ciência e a técnica a ela vinculadas - torna-se cada vez mais imperiosa. (...) Podemos encontrar testemunhos dessa progressiva elevação da consciência da praxis produtiva em Francis Bacon, Descartes, nos enciclopedistas e nos economistas ingleses.

"Para Bacon e para Descartes, porém, a força do homem está na atividade teórica. O que muda é sua concepção sobre ela: empirista, primeiro, racionalista e idealista, depois. Todos dois prolongam nos séculos XVI e XVII a idéia do valor da transformação da natureza, da produção, guiada pela teoria, pela ciência. [redacted] Mas como se continua vendo o valor da produção no que ele

acarreta de transformação utilitária da natureza, e não de transformação - ao mesmo tempo positiva e negativa - que eletua no próprio homem, é possível exaltar o trabalho e seus produtos, sem enaltecer simultaneamente o sujeito desse processo: o produtor, o homem trabalhador. (...) Em diversos tons, os pensadores iluministas e enciclopedistas franceses do século XVIII assim afirmam a positividade da cultura, da ciência, da técnica e do trabalho humanos. Apenas uma voz se negará a juntar-se ao coro: a de Jean-Jacques Rousseau"(24).

"Os economistas clássicos do século XVIII - Adam Smith, David Ricardo, etc. - também se caracterizam pela exaltação da praxis material produtiva que percebem na sociedade burguesa e elevam à categoria de produtiva a praxis em geral. A eles cabe o mérito de haver enxergado no trabalho humano a fonte de toda a riqueza social e de todo valor"(25). A crítica de Marx e Engels, entretanto, revelou a principal fragilidade dos economistas clássicos, que consiste em não relacionar a transformação do homem que se opera na transformação da realidade natural, através do trabalho: "os economistas viram o trabalho por sua utilidade exterior e não por seu entrosamento com o homem. Dissociaram o operário do homem concreto que ele é; ou seja viram o homem apenas como homo oeconomicus"(26).

"O início da economia política como ciência remonta à época em que o indivíduo, o voluntário e o casual assumem o aspecto de algo necessário sujeito a leis; e em que o movimento social como um todo desenvolvido e levado à prática pela atividade consciente e pela realização dos fins particulares dos indivíduos se transforma em algo independente daqueles mesmos indivíduos; quando a recíproca relação social dos indivíduos se transforma em poder autônomo superior aos indivíduos, que é representado como uma força natural, como o acaso ou qualquer outra" (27).

"A 'nova ciência' não é, por conseguinte, destituída de pressupostos; ela é construída sobre determinados pressupostos, dos quais, no entanto, lhe escapam o significado e o caráter histórico. (...) A teoria da sociedade como sistema só surge onde a sociedade já é, ela própria, um sistema; onde ela não só é suficientemente diferenciada, mas onde a diferenciação conduz a uma de-

pendência universal à autonomização, dessa dependência e conexão; onde, portanto, a própria realidade se constitui como um todo articulado. Neste sentido, o primeiro sistema é o capitalismo. Somente com base em uma realidade assim entendida e compreendida, que tem a aparência de uma ordem natural e espontânea - isto é, só com base numa imagem da economia como sistema de leis que o homem apreende - se coloca como questão secundária a relação do homem com tal sistema. O homo oeconomicus baseia na idéia do sistema. O homo oeconomicus é o homem como parte do sistema, como elemento funcional do sistema e, como tal, deve ser provido das características fundamentais indispensáveis ao funcionamento do sistema.

"(...) Se este 'eria' nomens com o instinto de ganno e o instinto para a poupança, nomens de comportamento racional dirigido para o máximo efeito (utilitarismo, ganância, etc.) disto não se deduz de modo algum que os nomens consistam em tais abstrações; significa, isto sim, que para o funcionamento do sistema, são suficientes estas qualidades fundamentais. Portanto, não é a teoria que determina a redução do homem à abstração; é a realidade mesma. A economia é um sistema e uma regularidade de relações nas quais o homem se transforma continuamente em 'homem econômico'. Mal o homem entra no reino da economia, logo se vê implicado - independentemente de sua vontade e sua consciência - na conexão e na regularidade em que ele funciona como homem econômico; ele só existe e se realiza enquanto e na medida em que desempenha as funções do homem econômico. A economia é, assim, a esfera que tem a tendência para transformar o homem em homem econômico, visto que o arrasta em um mecanismo objetivo que subjuga o homem e o assimila. O homem só é ativo na economia na medida em que a economia é ativa, isto é, enquanto a economia faz do homem uma determinada abstração: ela absolutiza, exagera e acentua determinadas qualidades do homem e prescinde de outras, porque são casuais e inúteis no âmbito do sistema econômico. Com isto torna-se evidente o absurdo das concepções que desligam o 'homem econômico' do capitalismo como sistema" (28).

O desvendamento do caráter propriamente humano da praxis, com a formulação de um conceito da praxis em sua totalidade, como esfera essencial do homem, só foi percebida no século XIX. A filosofia idealista de Hegel e a interpretação materialista de Feuerbach constituíram passas decisivos no sentido desta concepção, abrindo caminho para Marx e Engels constatarem o papel ativo e criador do homem : "A transformação da natureza não só não aparece dissociada da transformação do próprio homem, mas sim como condição necessária desta. A produção - isto é, a praxis material produtiva - não só é fundamento do domínio dos homens sobre a natureza, como também do domínio sobre sua própria natureza. Produção e sociedade, ou produção e história, formam uma unidade indissolúvel"(29).

2.3. Praxis: categoria central da filosofia

Entre os pensadores que apontam o conceito da praxis como a categoria central da filosofia, dois deles - Adolfo Sánchez Vázquez e Karel Kosik - apresentam uma divergência fundamental que é representativa do atual debate sobre o problema. O mexicano ■■■■ Sánchez Vázquez, na sua obra "Filosofia da Praxis" - resultado de uma tese de doutorado defendida em 1966 na Universidade Autónoma do México - desenvolve uma excelente discussão em torno da categoria praxis. O ponto mais polêmico de seu trabalho é a definição de uma oposição entre a praxis material produtiva e a atividade teórica.

Vázquez argumenta que "a atividade teórica por si só não é praxis" e que "enquanto a teoria permanece em seu estado puramente teórico não se passa dela à praxis e, por conseguinte, esta de certa forma é negada"(30). E continua: "enquanto a atividade prática pressupõe uma ação efetiva sobre o mundo, que tem por resultado uma transformação real deste, a atividade teórica ■■■■ nossa consciência dos fatos, nossas idéias sobre as coisas, mas não as próprias coisas. Nesse sentido, cabe falar de uma oposição entre o teórico e o prático"(31). Ainda que Vázquez ressalve ■■■■ se tratar "bem mais de uma diferença do que de uma oposição", fica nítida em sua tese a discriminação da atividade filosófica, intelectual e teórica, da praxis que "se nos apresenta como uma atividade material, transformadora e ajustada o objetivos"(32).

Em que pese a qualidade do trabalho e dos indiscutíveis méritos de diversos aspectos da abordagem de Vázquez sobre o problema da praxis, acreditamos que o conceito da praxis tenha sido empobrecido em relação ao proposto pelo tcheco Karel Kosik, em "Dialética do Concreto". Nesse trabalho, publicado em 1963 pela Academia Tchecoslovaca de Ciências, Kosik nega, claramente a oposição afirmada por Vázquez: "A praxis do homem não é atividade prática contraposta à teórica ■■■■; é determinação da existência humana como elaboração da realidade"(33). E mais adiante: "Assim, a praxis compreende - além do momento laborativo } - também o momento existencial: ela se manifesta

tanto na atividade objetiva do homem, que transforma a natureza e marca com sentido humano os materiais naturais, como na formação da subjetividade humana, na qual os momentos existenciais como a angústia, a náusea, o medo, a alegria, o riso, a esperança etc., não se apresentam como 'experiência' passiva, mas como parte da luta pelo reconhecimento, isto é, do processo da realização da liberdade humana. Sem o momento existencial o trabalho deixaria de ser parte da praxis"(34).

Para Kosik, "na praxis e baseado na praxis, o homem ultrapassa a clausura da animalidade e da natureza inorgânica e estabelece a sua relação com o mundo como totalidade"(35). (...) "A praxis humana (...) é o cenário onde se opera a metamorfose do subjetivo no objetivo e do objetivo no subjetivo, ela se transforma no centro ativo onde se realizam os intentos humanos e onde se desvendam as leis da natureza. A praxis humana funde a causalidade com a finalidade"(36). Em sua análise, Kosik aponta a teoria da praxis como "doutrina da socialidade do homem "(37).

"O caráter social do homem, porém, não consiste apenas em que ele sem o objeto não é nada; consiste antes de tudo em que ele demonstra a própria realidade em uma atividade objetiva. Na produção e reprodução da vida social, isto é, na criação de si mesmo como ser histórico-social, o homem produz:

- 1) os bens materiais, o mundo materialmente sensível, cujo fundamento é o trabalho;
- 2) as relações e as instituições sociais, o complexo das condições sociais;
- 3) e, sobre a base disto, as idéias, as concepções, as emoções, as qualidades humanas e os sentidos humanos correspondentes.

Sem o sujeito, estes produtos sociais do homem ficam privados de sentido, enquanto o sujeito sem pressupostos materiais e sem produtos objetivos é uma miragem vazia. A essência do homem é a unidade da objetividade e da subjetividade."(38).

Nessa análise, desempenha importante função o conceito de trabalho.

"O trabalho, na sua essência e generalidade, não é atividade laborativa ou emprego que o homem desempenha e que, de retorno, exerce uma influência sobre a sua psique, o seu habitus e o seu pensamento, isto é, sobre as esferas parciais do ser humano. O trabalho é um processo que permeia todo o ser do homem e constitui a sua especificidade" (39).

"Na base do trabalho, no trabalho e por meio do trabalho o homem criou a si mesmo não apenas como ser pensante, qualitativamente distinto dos outros animais de espécies superiores, mas também como o único ser do universo, por nós conhecido, [redacted] que é capaz de criar a realidade. O homem é parte da natureza e é natureza ele próprio. Mas é ao mesmo tempo um ser que na natureza, e sobre o fundamento do domínio da natureza - tanto à 'externa' como a própria - cria uma nova realidade, que não é redutível à realidade natural. O mundo que o homem cria como realidade humano-social tem origem em condições independentes do homem e sem elas é absolutamente inconcebível; não obstante, isso diante delas apresenta uma qualidade diversa e é irreduzível a elas. O homem se origina da natureza, é uma parte da natureza e ao mesmo tempo ultrapassa a natureza; comporta-se livremente com as próprias criações, procura destacar-se delas, levanta o problema do seu significado e procura descobrir qual o seu próprio lugar no universo. Não fica encerrado em si mesmo e no próprio [redacted] mundo" (40).

A conceituação do trabalho aproxima o conceito de economia, na análise da praxis humana: "(...) a economia é a forma elementar de objetivação, é unidade objetivada e realizada de sujeito e objeto, é atividade prática objetivada do homem, justamente por isto em tal relação não se desenvolve apenas a riqueza social objetiva, mas ao mesmo tempo também as qualidades e faculdades subjetivas dos homens. 'No ato mesmo de reprodução/não se modificam apenas as condições objetivas - por exemplo, uma vila torna-se ^{uma} cidade, um deserto torna-se terra cultivável; modificam-se os próprios produtores, enquanto extraem novas qualidades de si mesmos, desenvolvem-se na produção e se transformam, criam novas forças e novas representações, novos modos de relações, novas exigências e uma nova linguagem.'"

Continua Kosik : "(...)" / "podemos explicar a economia como a estrutura fundamental da objetivação humana, como a ossatura as relações humanas, como a característica elementar da objetivação humana, como o fundamento econômico que determina a superestrutura" (42). "A economia não é apenas a produção dos bens materiais; é a totalidade do processo de produção e reprodução do homem como ser humano-social. A economia não é apenas produção de bens materiais; é ao mesmo tempo produção das relações sociais dentro das quais esta produção se realiza" (43).

"A base da análise do trabalho, chegamos a duas importantes noções referentes à economia. A primeira se refere ao nascimento da economia. Como empreendemos a investigação da economia partindo da análise do trabalho, a própria economia se nos manifestou originariamente não como uma estrutura econômica da sociedade, já pronta e acabada, como uma plataforma histórica já formada ou como unidades das forças produtivas e das relações de produção; manifestou-se como realidade humano-social que vai se formando e constituindo, realidade fundada sobre o agir objetivamente prático do homem. Em segundo lugar, verificamos o posto que a economia ocupa na realidade humano-social: a economia ocupa o lugar central na realidade humano-social porque ela constitui a esfera da metamorfose histórica de que se cria o homem como ser racional e criatura social, a esfera onde ocorre a humanização do homem. A economia está situada no ponto em que a animalidade se humaniza, e em que se realiza a unidade de necessidade e liberdade. Neste sentido, a economia se manifesta como um modo das relações humanas e fonte da realidade humana" (44).

Embora Kosik ressalte a importância da economia na determinação da realidade humano-social, adverte para o perigo do reducionismo desta realidade - com toda a sua riqueza - ao primado da economia: "A poesia não é uma realidade de ordem inferior à economia; também ela é do mesmo modo realidade humana, embora de gênero e forma diversos, com tarefa e significado diferentes. A economia não gera a poesia, nem direta nem diretamente, nem imediata nem mediata-mente; é o homem que cria a economia e a poesia como produtos da praxis huma-

na. A filosofia materialista não pode basear a poesia sobre a economia, ou mascarar a economia - entendida como única realidade - sob aparências várias, menos reais e quase imaginárias, como a política, a filosofia ou a arte; ela deve primeiramente investigar a origem da própria economia. que parte da economia como algo dado e não derivável ulteriormente como causa mais profunda e originária, realidade única e autêntica que não admite investigação ulterior, transforma a economia em resultado, em uma coisa, em um fator histórico autônomo, e assim opera a fetichização da economia.

"(...) Somente sobre a base desta determinação materialista do homem como sujeito objetivo - ou seja, como ser que, dos materiais da natureza e em harmonia com as leis da natureza como pressuposto imprescindível, cria uma nova realidade, uma realidade social humana - podemos explicar a economia como estrutura fundamental da objetivação humana, como a ossatura das relações humanas, como a característica elementar da objetivação humana, como o fundamento econômico que determina a superestrutura. O primado da economia não decorre de um superior grau de realidade de alguns produtos humanos, mas do significado central da praxis e do trabalho na criação da realidade humana"(45).

REFERÊNCIAS (capítulo II)

- (1) FARIA, Alvaro de. Introdução ao estudo das contradições e do formalismo, pp. 271-2
- (2) *Ibidem*, p. 272
- (3) *Ibidem*, p. 274
- (4) *Ibidem*, p. 274
- (5) *Ibidem*, pp. 277-8
- (6) ROSENTHAL, M.N. & IUDIN, P.F. Dicionário filosófico, vol. I, p.83
- (7) *Ibidem*, vol. V, p.23
- (8) *Ibidem*, vol V, p. 23
- (9) *Ibidem*, vol. V, p.83
- (10) *Ibidem*, vol. I, pp. 132-3
- (11) *Ibidem*, vol. IV, p. 146
- (12) *Ibidem*, vol. IV, pp. 147-8
- (13) *Ibidem*, vol. IV, p. 148
- (14) A cultura é um fenômeno social que engloba os valores materiais e espirituais que proporcionam um desenvolvimento na sociedade que se evidencia pelo progresso, técnica, ciência, experiência de produção e trabalho, instrução, educação, arte e instituições que lhe correspondem, e que entre os índices mais indicativos do nível cultural estão o grau de utilização dos aperfeiçoamentos técnicos e científicos, bem como o grau de difusão da instrução e das artes entre a população.
(Definição adotada no Estatuto da Associação de Promoção da Cultura - Porto Alegre - RS, art. 2º)
- (15) COUPINHO, Carlos Nelson. O estruturalismo e a miséria da razão. p.74
- (16) KOSIK, Karel. Dialética do concreto, p. 201
- (17) *Ibidem*, pp. 201-2
- (18) VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. Filosofia da Praxis, p. 17
- (19) *Ibidem*, p. 17
- (20) *Ibidem*, p. 24
- (21) *Ibidem*, pp. 25-6
- (22) *Ibidem*, pp. 25-6

- (23) Ibidem, p. 29
- (24) Ibidem, p. 31-2
- (25) Ibidem, p. 33
- (26) Ibidem, p. 34
- (27) KOSIK, op. cit., p. 82; citando MARX, Grundrisse, p. 111
- (28) Ibidem, pp. 82-5
- (29) VÁZQUEZ, op. cit. p. 35
- (30) Ibidem, p. 209
- (31) Ibidem, p. 210
- (32) Ibidem, p. 208
- (33) KOSIK, op. cit., p. 202
- (34) Ibidem, p. 204
- (35) Ibidem, p. 206
- (36) Ibidem, p. 114
- (37) Ibidem, p. 198
- (38) Ibidem, p. 113
- (39) Ibidem, p. 180
- (40) Ibidem, p. 114
- (41) Ibidem, p. 172; citando MARX, Grundrisse, p. 394
- (42) Ibidem, p. 109
- (43) Ibidem, p. 173
- (44) Ibidem, p. 190
- (45) Ibidem, pp. 108-9

III. O CONHECIMENTO DA REALIDADE NATURAL E HUMANA

1. A produção do real como base do conhecimento
2. O mundo da pseudoconcreticidade
3. O conhecimento da concreticidade e totalidade do real

1. A PRODUÇÃO DO REAL COMO BASE DO CONHECIMENTO

A definição da praxis, como categoria filosófica central, abre novos para a análise do conhecimento humano, do processo de reflexão da realidade pelo pensamento. Em resposta à questão "como é criada a realidade social?", Karel Kosik aponta o sujeito dessa realidade: "a própria realidade social existe não apenas sob a forma de 'objeto', de situação dada, de circunstâncias, mas sobretudo como atividade objetiva do homem, que cria situações como parte objetivizada da realidade social" (1).

Essa qualificação do homem como sujeito da realidade social contém a ^{PRINCIPAL}resposta às questões da teoria do conhecimento: "Como cria o mundo humano, a realidade social objetiva e tem a capacidade de superar uma situação dada e determinadas condições e pressupostos, tem ainda condições para compreender e explicar o mundo não humano, o universo, a natureza. O acesso do homem aos segredos da natureza é possível sobre o fundamento da criação da realidade humana" (2).

"Conhecemos o mundo, as coisas, os processos somente na medida em que os 'criamos', isto é, na medida em que os reproduzimos espiritualmente e intelectualmente. Essa reprodução espiritual da realidade só pode ser concebida como um dos muitos modos de relação prático-humana com a realidade, cuja dimensão mais essencial é a criação da realidade humano-social. Sem a criação da realidade humano-social não é possível sequer a reprodução espiritual e intelectual da realidade" (3).

"A consciência humana é 'reflexo' e ao mesmo tempo 'projeção'; registra e constrói, toma nota e planeja, reflete e antecipa; é ao mesmo tempo receptiva e ativa. (...) O mais elementar conhecimento sensível não deriva em caso algum de uma percepção passiva, mas de atividade perceptiva" (4). "A dialética da atividade e da passividade do conhecimento humano manifesta-se sobretudo no fato de que o homem, para conhecer as coisas em si, deve primeiro transformá-las em coisas para si; para conhecer as coisas como são

independentes de si, tem primeiro de submetê-las à própria praxis: para poder constatar como são elas quando não estão em contato consigo, tem primeiro de entrar em contato com elas. O conhecimento não é contemplação"(5).

2. O MUNDO DA PSEUDOCONCRETICIDADE

A realidade, em toda sua extensão e complexidade, não se apresenta como um objeto a ser especulado e a postura primordial do homem frente à realidade é a de um ser social concreto, com motivações e interesses próprios, dentro de um quadro de relações sociais. O conhecimento imediato da realidade é uma intuição prática que permite um "trato prático-utilitário com as coisas - em que a realidade se revela como mundo dos meios, dos fins, instrumentos, exigências e esforços para satisfazer a estas"(6). É nesta interação com a realidade natural, que também é a produção de uma realidade humano-social, que o indivíduo estabelece um sistema de representações das feições da realidade.

Essa atividade prático sensível, essa "praxis utilitária imediata e o senso comum a ela correspondente colocam o homem em condições de orientar-se no mundo, de familiarizar-se com as coisas e manejá-las, mas não proporcionam a compreensão das coisas e da realidade"(7).

"O complexo dos fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana, que, com a sua regularidade, imediatismo e evidência, penetram na consciência dos indivíduos agentes, assumindo um aspecto independente e natural, constitui o mundo da pseudoconcreticidade. A ele pertencem:

- O mundo dos fenômenos externos, que se desenvolvem à superfície dos processos realmente essenciais ;
- O mundo do tráfico e da manipulação, isto é, da praxis fetichizada dos homens (a qual não coincide com a praxis crítica revolucionária da humanidade);
- O mundo das representações comuns, que são projeções dos fenômenos

externos na consciência dos homens, produto da praxis fetichizada, formas ideológicas de seu movimento;

- O mundo dos objetos fixados, que dão a impressão de ser condições naturais e não são imediatamente reconhecíveis como resultados da atividade social dos homens.

"O mundo da pseudocriticidade é um claro-escuro de verdade e engano.

O seu elemento próprio é o duplo sentido. O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sobre certos ângulos e aspectos. O fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive apenas graças a seu contrário. A essência não se dá imediatamente; é mediata ao fenômeno e, portanto, se manifesta em algo diferente daquilo que é. A essência se manifesta no fenômeno. O fato de se manifestar no fenômeno revela seu movimento e demonstra que a essência não é inerte nem passiva. Justamente por isso o fenômeno revela a essência. A manifestação da essência é precisamente a atividade do fenômeno."(8)

"Captar o fenômeno de determinada coisa significa indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno, e como ao mesmo tempo nele se esconde. Compreender o fenômeno é atingir a essência. (...) A realidade é a unidade do fenômeno e da essência. Por isso a essência pode ser tão irreal quanto o fenômeno, e o fenômeno tanto quanto a essência, no caso em que se apresentam isolados e, em tal isolamento, sejam considerados como a única ou 'autêntica' realidade"(9).

3. O CONHECIMENTO DA CONCRETIDADE E TOTALIDADE DO REAL

No processo de conhecimento (processo pelo qual a realidade se reflete e reproduz na consciência humana graças à função biológica do pensamento) a filosofia e a ciência despontam como um esforço dirigido para a reprodução espiritual da realidade. A filosofia e a ciência surgem como o modo lógico, racional e sistemático de apreensão da realidade, e seu progresso consiste na passagem da descoberta dos nexos de causa e efeito e de conexões essenciais para a formulação das leis da natureza, da sociedade e do pensamento.

A filosofia e a ciência são formas da consciência social, constituindo sistemas, historicamente formados, de conhecimentos ordenados. A filosofia, como ciência das leis universais, surge da necessidade de estruturar uma concepção geral do mundo, de investigar os seus princípios e leis gerais; surge da exigência de um método de pensamento acerca da realidade baseado no racional, na lógica. ⁽¹⁰⁾ A filosofia tem, em seu primeiro plano, que responder ao problema da relação entre o ser (a realidade) e o pensamento, entre a consciência e a matéria. E todo conhecimento ordenado, como esforço de reprodução espiritual da realidade (conhecimento científico), apresenta soluções para esse problema mesmo que ele não esteja claramente formulado.

A filosofia trata da "coisa em si". "Mas a coisa em si não é uma coisa qualquer e, na verdade, não é nem mesmo uma coisa: a 'coisa em si', de que trata a filosofia, é o nome e o seu lugar no universo, ou (o que em outras palavras exprime a mesma coisa): a totalidade do mundo revelada pelo homem na história e o homem que existe na totalidade do mundo" (11).

As ciências são o resultado do indagar sobre a realidade, filosoficamente concebida, e a atividade que revela o conteúdo objetivo e o significado dos fatos é o método científico. "O método científico é mais ou menos eficiente segundo a maior ou menor riqueza da realidade - contida objetivamente neste ou naquele fato - que ele é capaz de descobrir, explicar e motivar. É notória a indiferença que certos métodos e tendências demonstram para com determinado

fatos, em decorrência da incapacidade de ver, naqueles fatos, algo de importante, isto é, o seu próprio conteúdo e significado objetivo. O método científico é o meio graças ao qual se pode decifrar os fatos"(12). O conhecimento científico é o resultado da atividade das ciências e só adquire esse "status" (de conhecimento científico) quando, ao reproduzir a realidade, alcançar uma verdade de caráter geral, universal, necessário e objetivo.

O objetivo primordial da filosofia, assim como do conhecimento científico em geral, é a reprodução espiritual da realidade concreta. E a primeira tarefa da ~~filosofia~~ filosofia - em oposição ao senso comum, que condena o homem ao mundo da pseudoconcreticidade - é a investigação do próprio processo de conhecimento, isto é, como se desenvolvem as relações entre o ser (realidade) e o pensamento. Karel Kosik salienta que nesse esforço, o materialismo dialético é a teoria que mais adequadamente distingue um duplo contexto de fatos: "o contexto da realidade, no qual os fatos existem originária e primordialmente, e o contexto da teoria, em que os fatos são, em um segundo tempo, mediatamente ordenados, depois de terem sido precedentemente arrancados do contexto originário do real"(13).

Esse enfoque inclui também a questão da contraditoriedade do conhecimento: "O homem não pode conhecer o contexto do real a não ser arrancando os fatos do contexto, isolando-os e tornando-os relativamente independentes. Eis aqui o fundamento de todo ~~conhecimento~~ conhecimento: a cisão do todo". Como pode, então, o conhecimento apanhar o real em sua concreticidade e totalidade, superando a pseudoconcreticidade? Esta é justamente a tese central de Karel Kosik, em "Dialética do Concreto". Para ele, para se chegar à compreensão da realidade, "é necessário fazer não só um certo esforço, mas também um detour". Esse desvio consiste na atividade peculiar que permite descobrir a estrutura da coisa e a "coisa em si". "Se a aparência fenomênica e a essência das coisas coincidissem diretamente, a ciência e a filosofia seriam inúteis. (...) A filosofia é uma atividade humana indispensável, visto que a essência da coisa, a estrutura da realidade, a 'coisa em si', o ser da coisa, não se manifesta direta e imediatamente(14)".

O conhecimento se realiza como separação de fenômeno e essência, do que é secundário e do que é essencial, já que só através dessa separação se pode mostrar a sua coerência interna, e com isso, o caráter específico da coisa. Neste processo, o secundário não é deixado de lado como irreal ou menos real, mas revela seu caráter fenomênico ou secundário mediante a demonstração de sua verdade na essência da coisa(15). Através do método científico, se pode decifrar os fatos, porque "o fato é a cifra da realidade". (...) A faticidade dos fatos não equivale à sua realidade, mas à sua fixada superficialidade, unilateralidade, imobilidade. A realidade dos fatos se opõe à faticidade dos fatos não porque seja uma realidade de outra ordem e, portanto, neste sentido, uma realidade independente dos fatos, mas porque é relação interior, a dinâmica e o contraste dos fatos"(16).

"A dialética é o pensamento crítico que se propõe a compreender a "coisa em si" e sistematicamente se pergunta como é possível chegar à compreensão da realidade. Por isso, é o oposto da sistematização doutrinária ou de romantização das representações comuns. (...) O pensamento que destrói a pseudoconcreticidade para atingir a concreticidade é ao mesmo tempo um processo no curso do qual sob o manto da aparência se desvenda o mundo real; por trás da aparência externa do fenômeno se desvenda a lei do fenômeno; por trás do movimento visível, o movimento interno; por trás do fenômeno, a essência. (...) A dialética não considera os produtos fixados, as configurações e os objetos, todo o conjunto do mundo material reificado, como algo originário e independente. Do mesmo modo, como assim não considera o mundo das representações e do pensamento comum, não os aceita sob o seu aspecto imediato: suomete-os a um exame em que as formas reificadas do mundo objetivo e ideal se diluem, perdem a sua fixidez, naturalidade e pretensa originalidade para se mostrarem como fenômenos derivados e mediatos, como sedimentos e produtos da praxis social da humanidade"(17).

"O caminho entre a 'caótica representação do todo' e a rica totalidade da multiplicidade das determinações e das relações' coincide com a compreensão da realidade. O todo não é imediatamente cognoscível para o homem, embora lhe seja dado imediatamente em forma sensível, isto é, na representação, na opinião e na experiência. Portanto, o todo é imediatamente acessível ao homem, mas é um todo caótico e obscuro. Para que possa conhecer e compreender este todo, possa torná-lo claro e explicá-lo, o homem tem que fazer um détour: o concreto se torna compreensível através da mediação do abstrato, o todo através da mediação da parte. (...) O método da ascensão do abstrato ao concreto é o método do pensamento; em outras palavras, é um movimento que atua nos conceitos, no elemento da abstração. A ascensão do abstrato ao concreto não é uma passagem de um plano (sensível) para outro plano (racional): é um movimento no pensamento e do pensamento!"(18)

"A compreensão dialética da totalidade significa não só que as partes se encontram em relação ^{de} interna interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na abstração situada por cima das partes, visto que o todo se cria a si mesmo na interação das partes"(19). "Na realidade, totalidade não significa todos os fatos. Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido. Acumular todos os fatos não significa ainda conhecer a realidade; e todos os fatos (reunidos em seu conjunto) não constituem, ainda, a totalidade. Os fatos são conhecimento da realidade se são compreendidos como fatos de um todo dialético - isto é, se não são átomos imutáveis, indivisíveis e indemonstráveis, de cuja reunião a realidade saia constituída - se são entendidos como partes estruturais do todo. [REDACTED]"

"(...) / totalidade concreta não é um método para captar e exaurir todos os aspectos, caracteres, propriedades, relações e processos da realidade; é a teoria da realidade como totalidade concreta. Se a realidade é entendida como concreticidade, como um todo que possui sua própria estrutura (e que, portan-

to, não é caótico), que se desenvolve (e, portanto, não é imutável nem dado uma vez por todas), que vai se criando (e que, portanto, não é um todo perfeito e acabado no seu conjunto e não é imutável apenas em suas partes isoladas, na maneira de ordená-las), de semelhante concepção da realidade decorrem certas conclusões metodológicas que se convertem em ~~uma~~ orientação neurística e princípio epistemológico para estudo, descrição, compreensão ilustração e avaliação de certas seções tematizadas da realidade, quer se trate da física ou da ciência literária, da biologia ou da política econômica, de problemas teóricos da matemática ou de questões práticas relativas à organização da vida humana e da situação social "(20).

"A dialética não pode entender a totalidade como um todo já feito e formalizado, que determina as partes, porquanto a própria determinação da totalidade pertence a gênese e o desenvolvimento da totalidade, o que, de um ponto de vista metodológico, comporta a indagação de como nasce a totalidade e quais são as fontes internas do seu desenvolvimento e movimento. A totalidade não é um todo já pronto que se reconhece com um conteúdo, com as qualidades das partes ou com as suas relações; a própria totalidade é que se concretiza e esta concretização não é apenas criação do conteúdo mas também criação do todo ~~ela~~. (...) A criação da totalidade como ^uestrutura significativa é, portanto, ao mesmo tempo, um processo no qual se cria realmente o conteúdo objetivo e o significado de todos os seus fatores e partes"(21).

"O homem chega por meio de ciências especiais ao conhecimento de setores parciais da realidade humano-social e à comprovação de sua verdade. Para o conhecimento da realidade humana no seu conjunto e para descobrir a verdade da realidade na sua autenticidade, o homem dispõe de dois 'meios': a filosofia e a arte. (...) Na arte autêntica e na autêntica filosofia revela-se a verdade da história: aqui a humanidade se defronta com a própria realidade"(22).

REFERENCIAS (capítulo III)

- (1) KOSIK, op. cit., p. 120
- (2) Ibidem, p. 114
- (3) Ibidem, p. 206
- (4) Ibidem, pp. 26-7
- (5) Ibidem, p. 22
- (6) Ibidem, p. 10
- (7) Ibidem, p. 10
- (8) Ibidem, p. 11
- (9) Ibidem, p. 12
- (10) ROSENTHAL & IUDIN; op. cit., vol. II, p. 135
- (11) KOSIK, op. cit., p. 230
- (12) Ibidem, pp. 45-6
- (13) Ibidem, p. 48
- (14) Ibidem, pp. 13-4
- (15) Ibidem, p. 14
- (16) Ibidem, pp. 46-7
- (17) Ibidem, pp. 16-7
- (18) Ibidem, pp. 29-30
- (19) Ibidem, p. 42
- (20) Ibidem, pp. 35-6
- (21) Ibidem, pp. 49-50
- (22) Ibidem, pp. 116-7

IV. A ABORDAGEM CIENTÍFICA DA COMUNICAÇÃO

1. A fenomenologia dos processos de comunicação
2. Discriminando falácias e inadequações:
o objeto da comunicação
3. Sociedade, linguagem simbólica e valor
4. A tarefa de uma ciência da comunicação
5. Praxis, ideologia e ciência
6. Anotações para uma metodologia de análise
 - 6.1. Comunicação e relações sociais
 - 6.2. Análise da mediação simbólica
 - 6.3. Análise do contexto histórico-social
7. Conclusões

1. A FENOMENOLOGIA DOS PROCESSOS DE COMUNICAÇÃO

Analisemos, por exemplo, um caso elementar de comunicação interpessoal. Vamos decompor esse processo através do fenômeno em que ele se manifesta. Suponhamos que o indivíduo "A" perceba o indivíduo "B". A percepção visual, em nosso exemplo, inicia o processo. O cérebro de "A", em constante atividade, dirigindo os órgãos sensoriais periféricos, mobilizou os olhos (1) identificando o indivíduo "B". Nesse processo, o pensamento praticamente se confunde com a percepção visual. A percepção ótica é orientada para um objeto de interesse, digamos que o indivíduo "A" olhe para uma praça. Ele pode, por exemplo, olhar para um chafariz, e pode absorver-se nessa percepção a ponto de não reconhecer seu amigo que se encontra em frente a esse objeto, e portanto dentro de seu campo de percepção visual. Na análise mental de seu campo perceptivo, a imagem do amigo pode, em dado momento, detonar um processo de pensamento que estabeleça um processo de ruptura com o objeto originário de percepção (o chafariz da praça) e de fixação e reconhecimento. Não foi, portanto, um objeto (o amigo) que se impôs à percepção mas, ao contrário, o pensamento que criou o "significado" de reconhecimento e identificação. O indivíduo "A", então, concentra-se no "B"(2).

Percebendo visualmente o indivíduo "B", o indivíduo "A" possivelmente lhe dirigirá algumas palavras. Novamente o cérebro mobiliza os músculos do aparelho fonador (3) e vai controlá-los para a articulação de sons (4). O resultado dessa operação será uma locução fonológica(5), "Boa dia", dotada de sentido, conforme um código linguístico usual, no universo social dos indivíduos em questão. O indivíduo "A" também controlará a locução fonológica produzida, pela sua estrutura sonora. Ainda aqui o cérebro mobilizará o ouvido (6), para essa percepção (7). Talvez o indivíduo deseje reforçar a sua saudação verbal, acenando com o braço. Essa intenção mental será traduzida em sinais do cérebro (8) ao sistema nervoso muscular que controlará o membro, produzindo um movimento (9), dotado de algum sentido, dentro de padrões mais ou menos institucionalizados dentro daquele contexto social. Possivelmente o gesto ainda será avaliado pela percepção visual (1-9) do indivíduo "A".

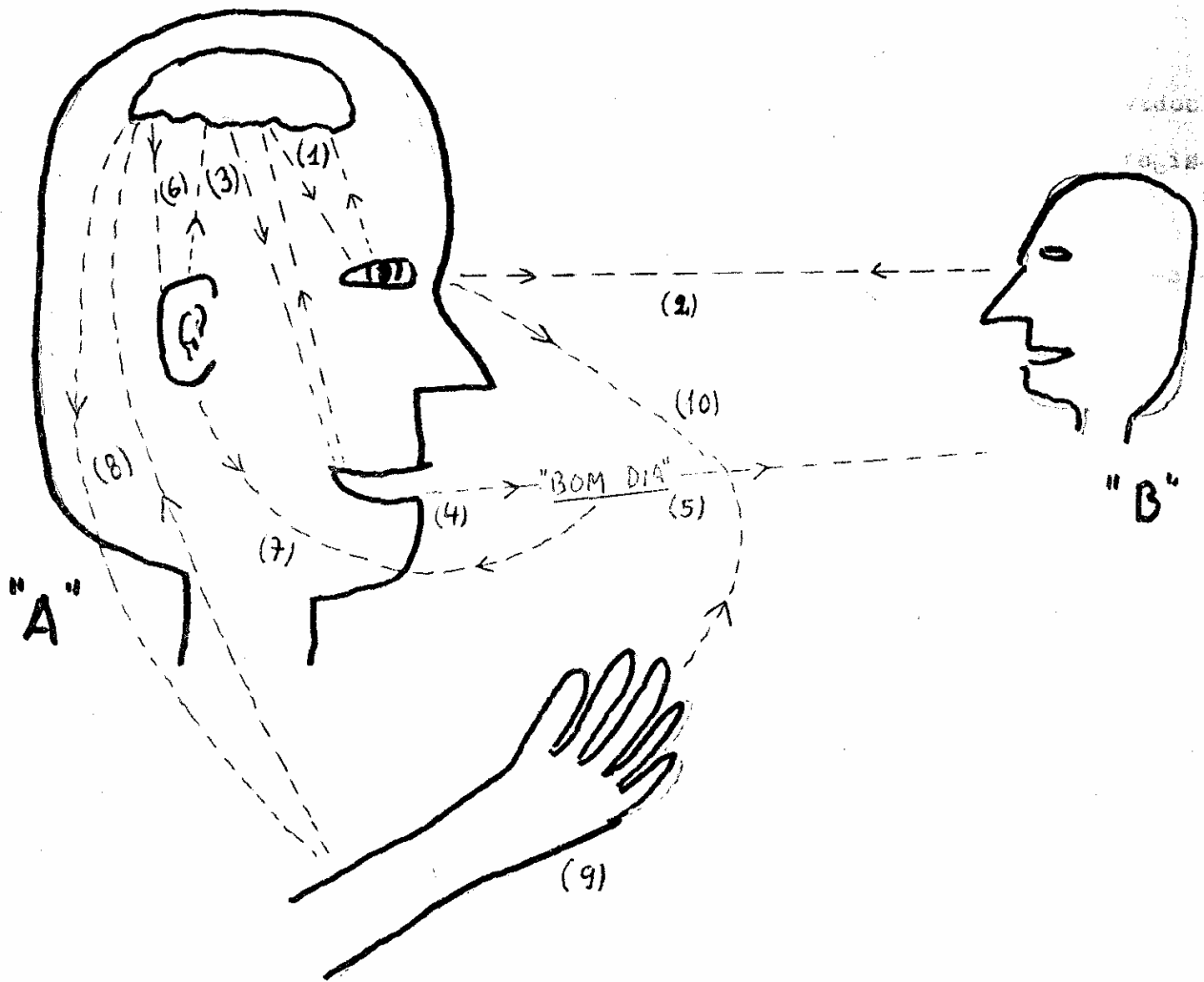


FIGURA 1

Mas a identificação dos fenômenos não se esgota aqui, pois tanto o indivíduo "A" como o "B" são seres humanos concretos, e esse processo de comunicação se dá num quadro de relações sociais, consistindo, portanto, numa determinada relação, que deve ser referida ao contexto em que se insere. Por outro lado, temos de registrar também que todo o conhecimento do indivíduo "A", adquirido socialmente e desenvolvido individualmente, estará informando, (no sentido cibernético) o seu comportamento nessa relação.

Observamos assim que existiram diversos tipos de fenômenos envolvidos neste nosso hipotético processo de comunicação, entre os quais podemos registrar os fenômenos de ordem :

1. Física: acústicos, óticos, elétricos (na fisiologia cerebral e muscular), etc;
2. Biológica : envolvendo todos os órgãos fisiológicos e o comportamento visceral dos organismos ;
3. Psicológicas: a atividade psíquica dos indivíduos e suas propriedades e estados;
4. Social : a relação social em que os indivíduos se envolveram, no contexto da sociedade em que se inserem;
5. Linguística: todas as peculiaridades referentes à linguagem verbal empregada no processo de comunicação entre os indivíduos;
6. Cultural: envolvendo os valores materiais e espirituais no contexto social em que se processou a relação;
7. Ética : com referência aos aspectos morais que regularam as relações entre os indivíduos.

Recordando a análise teórica levada a efeito nos capítulos anteriores, podemos constatar que :

1. A realidade é uma totalidade concreta, e que o conhecimento fragmenta o real.
2. O fato (um processo de comunicação, tomado em si, ou cada um dos diversos fenômenos que ~~envolve~~ a comunicação envolve), é uma abstração, um momento artificialmente separado do todo, mas que se ^ereífrido à totalidade concreta, reflete toda a estruturação do real.
3. Nenhum dos fenômenos referidos é de realidade inferior. Cada um deles é uma ordem da realidade, em um momento do todo. Na totalidade do real, as partes se encontram em relação de interna interação e de conexão entre si e com o todo.

2. DISCRIMINANDO FALÁCIAS E INADEQUAÇÕES: O OBJETO DA COMUNICAÇÃO

A partir dessas observações, podemos inagar, qual é o "objeto" da comunicação. No capítulo I, constatamos a dificuldade e as divergências na fixação de um "objeto" para a abordagem científica da comunicação. Mas antes dessa questão ("qual é o objeto da comunicação") temos de esclarecer, o mais precisamente possível, uma outra: "o que é a comunicação?".

Wilbur Schramm afirma que "a comunicação é um processo - ou talvez o processo - social básico. Sem comunicação não existiriam grupos humanos e sociedades" (10). Ora, é evidente que o enunciado de Schramm é verdadeiro. Mas sua conclusão é falaciosa. Afinal, "sem comunicação não existiriam grupos humanos e sociedades" apenas porque sem grupos humanos e sociedades não existiria comunicação. A afirmação implícita no enunciado de Schramm é de que a comunicação é determinante das relações sociais. Pelo exposto no material compilado nos capítulos II e III, esperamos ter ficado evidenciada a falsidade dessa conclusão. A comunicação é consequência das relações sociais. O processo de comunicação entre os seres humanos é superior aos processos de comunicação verificados entre os animais apenas porque se dá em uma realidade humano-social. A comunicação tornou-se elevada e complexa porque praticada entre seres humanos - em complexas e elevadas relações sociais - e é tão importante para o homem porque ocorre no quadro de uma realidade humano social.

Temos de distinguir, portanto, da comunicação praticada no contexto da realidade humano-social, de processos análogos que ocorrem na realidade natural. Um processo de comunicação entre animais é absolutamente distinto do ocorrido entre ^e seres humanos, assim como o processo de comunicação verificado em sistemas biológicos (o corpo de um vertebrado vivo) - como propõe Wright ⁽¹¹⁾ - não podem servir como modelo para o entendimento de um processo de comunicação entre homens, num contexto social, mantendo com esse último apenas uma analogia.

Acreditamos que os diversos processos de comunicação existentes na realidade devem ser examinados e discutidos apenas para efeito de delimitação de nosso objeto, para efeito de discriminação, sendo a análise sistemática de um processo de comunicação animal ou ~~em~~ um sistema biológico (para ~~estes~~ fixar-mo-nos nesses dois exemplos) mais adequadamente objetos, respectivamente, da zoologia ou psicologia animal, e da biologia. Assim, delimitamos o objeto de nossa análise sistemática : os processos de comunicação entre seres humanos, numa realidade humano-social.

5. SOCIEDADE, LINGUAGEM SIMBÓLICA E VALOR

O homem, num processo histórico, aprende a entender a natureza e sua própria natureza. Através de modelos psíquicos, o ser humano atribui significados às feições da realidade. Com essa reflexão e reprodução mental do real o homem transforma a natureza, imprimindo à matéria um significado humano: seu valor. O valor é a propriedade dos materiais produzidos ou reconhecidos pelo homem. Produzindo e conhecendo, o homem inscreve e atribui valores à matéria.

Com o desenvolvimento das relações sociais, os significados (conceitos e relações conceituais) que o homem atribui às feições da realidade, são formalizados através de símbolos (12). O símbolo consiste na notação de uma relação entre um objeto real e sua representação mental. Com os símbolos os homens designam as feições da realidade natural e de sua realidade humano social. Através dessa função dos símbolos, os homens articulam o pensamento e o compartilham socialmente.

"Primeiramente no nível da sensação, onde os estímulos sensoriais diretos se relacionam e sistematizam em conjunto para darem a percepção de formas sensíveis e constituem assim a representação mental dessas formas (representação sensível ou imagem); representação essa em que os estímulos sensoriais originários perdem sua especificidade. (...) A representação conceptual se apresenta como um fato mental onde os elementos que para ele concorrem e que o constituem, e que em última instância são os estímulos sensoriais elementares, se integram em conjuntos e constituem com isso um sistema no qual os elementos perdem sua especificidade e individualidade, desaparecendo como tais. O que permanece é apenas a disposição, a organização ou relação em que os elementos em conjunto se estruturam" (13).

Com a mediação dos símbolos, as representações mentais são fixadas, sintetizadas, possibilitando o desenvolvimento do pensamento através e progressi-

vas e cada vez mais complexas sistemas conceituais. A expressão através de símbolos traduz conceitos e sistemas conceituais, fornecendo a necessária sustentação para o pensamento. "O conceito de 'árvores', por exemplo, inclui diretamente tanto elementos sensíveis (como seja a forma sensível característica das árvores em geral, a sua 'figura'), como outros elementos mais complexos que já são relações propriamente conceituais, isto é, de um certo nível de abstração. Assim a natureza 'vegetal' da árvore. ■■■■■ É do relacionamento dos conceitos concretos, o que se faz direta e imediatamente através de sua forma ou expressão verbal [simbólica], que resultam os conceitos abstratos e a conceituação em geral que se estrutura com sucessivos relacionamentos e progressivas sistematizações em conjuntos conceituais cada vez mais amplos, que se exprimem e representam nas diferentes formas e representações verbais - vocábulos e seus componentes, locuções, frases ou proposições, agrupamentos de frases... Os elementos que constituem os 'termos' desse relacionamento e das relações ou sistemas de relações assim estruturados, serão aquelas formas e expressões verbais que com respeito ao que as precede na elocução verbal, constituem relacionamentos, e com respeito ao que as segue, elementos ou termos de relações mais amplas "(14).

O pensamento, assim articulando-se com a mediação de símbolos, desenvolve sistemas de símbolos, que se constituem em linguagens. A linguagem é a capacidade especificamente humana de transmitir conhecimentos mediatizados por símbolos ou sistemas de símbolos. O principal sistema simbólico desenvolvido pelo homem é a linguagem verbal. Carlos Nelson Coutinho, formula uma hipótese perfeitamente plausível sobre a gênese da linguagem verbal:

"A gênese da linguagem, como a de todo ato teleológico, reside no trabalho. (...) A linguagem, em suma, é uma praxis objetivada. Ocorre nela, como em toda praxis que visa à dominação da natureza, a junção de dois complexos causais com um complexo teleológico: o complexo causal dos fatos naturais (que determina a diversidade dos sons) é utilizado por um complexo teleológico proveniente da vida social (necessidade de comunicação e fixação do pensamento),

o qual, por sua vez, origina-se de um complexo causal de tipo econômico-social (universalização e socialização do trabalho). A função social da linguagem requer a resolução de um problema concreto: o da relação entre o significado em formação (o 'algo' que decorre da realidade e do trabalho socializado) e sua forma material-exterior (imagem acústica, gesto, etc.). É precisamente a solução desse problema que, abstraído da totalidade do objeto, o estruturalismo chama de 'língua'.

"Parece-me que os homens primitivos resolveram esse problema (de um modo inconsciente) mediante uma mimese analógica com os processos que usavam para dominar a natureza, reproduzindo alguns procedimentos próprios do trabalho em seus estágios menos evoluídos. Um dos primeiros níveis da relação do homem com o objeto é o da simples manipulação. Grande parte do trabalho do homem primitivo, contemporâneo do surgimento da linguagem articulada, reduzia-se certamente à manipulação da natureza ■; esse tipo de trabalho é dominante na época da economia puramente coletora. (...) Ocorre na manipulação, certamente, um reflexo do real; mas um reflexo superficial, fixado nas aparências, inteiramente alheio às conexões íntimas do todo objetivo. O caráter limitado da finalidade proposta nesse tipo de praxis não exige uma representação mais rica da realidade.

Acemais, a manipulação pode ser codificada, reduzida a um conjunto de regras aplicáveis indiferentemente aos objetos mais variados; a constante repetição, por sua vez, transforma tais regras num 'hábito', em algo 'inconsciente'.

"(...) Ocorre assim um reflexo, mas limitado, fixado apenas na possibilidade de estabelecer 'oposições pertinentes'; a estrutura física do som é abandonada, por não ter nenhuma importância para a finalidade proposta. Os homens primitivos, assim, teriam observado a possibilidade de reter/dessa camada sonora que podiam emitir apenas algumas 'unidades', combinando-as em vista de expressarem o 'algo' que surgia em outra esfera de fatos, isto é, no trabalho e na vida social. Embora fundada num radical empobrecimento do objeto, essa manipulação do nível fônico revelou-se inteiramente satisfatória em face das necessidades propostas. Ao ser constantemente repetida, pode converter-se em algo inconsciente, capaz de ser transmitido pelo hábito e de fixar-se em regras esponta-

neamente assimiladas por todos. A exigência de uma linguagem estável (condição de permanência da intercomunicação social) contribuiu para fixar tais regras de modo durável, para coagulá-las num sistema relativamente permanente. A necessidade de expressar novos objetos, que a praxis cada vez mais ampla impunha ao pensamento, podia ser satisfeita através de modificações lexicais, conservando-se todavia o mesmo sistema estrutural de tipo manipulatório" (15).

Assim, atribuindo significados às feições da realidade, e através destas representando suas propriedades, o homem se capacita a imprimir seus significados na natureza com o trabalho. A construção da realidade humano-social é, ao mesmo tempo, o conhecimento e a transformação da materialidade - o que inscreve à matéria valor humano, na medida em que ^{NESTA} passa a responder seus interesses ou aspirações - e a construção de um universo humanamente significativo.

Trabalhando, os homens mantêm relações econômicas de produção. A produção de bens materiais constitui a base do desenvolvimento e da existência da sociedade humana. E em torno das atividades produtivas se estabelecem as relações sociais. No processo de produção da realidade humano-social, os homens não apenas atribuem significado aos objetos materiais e valores às suas propriedades, mas também dotam de significação e valor às relações sociais que estabelecem entre si, e ao conhecimento que compartilham (cultura).

Dominando a natureza, submetendo com cada vez mais intensidade os objetos do mundo material, o homem valoriza não apenas a funcionalidade da matéria transformada, mas também a forma objetivo-sensorial de organização dos materiais, o que proporciona prazer estético. A noção de beleza surge com o desenvolvimento dos dotes e capacidades criadoras. Além disso, os fenômenos da consciência social, as idéias, constituem valores. Além dos valores materiais, econômicos e estéticos, as relações sociais se objetivam em valores morais, jurídicos, políticos, culturais e históricos. Esses valores surgem das relações sociais, como sistemas de representações morais-ideais, princípios,

estimativas, que orientam e regulam a conduta dos indivíduos. Desse modo, as representações de valores não apenas constituem conhecimento, reflexão de uma determinada realidade, mas tem caráter prático, de orientação da atividade humana.

4. A TAREFA DE UMA CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO

Observamos, inicialmente, a multiplicidade de fenômenos que concorrem num elementar processo de comunicação interpessoal. Definindo o objeto de uma abordagem científica da comunicação (os processos de comunicação entre seres humanos numa realidade humano-social), registramos a especificidade do processo de comunicação: a mediação do pensamento, entre os homens, por sistemas simbólicos. Chamaremos de Função Simbólica a essa capacidade humana de empregar sistemas simbólicos para desenvolver o pensamento e compartilhá-lo socialmente. A Função Simbólica é a essência da comunicação. Num processo de comunicação, a análise de seus fenômenos deve levar-nos à Função Simbólica, para apanharmos a totalidade e a concreticidade do real.

Ao delimitarmos o objeto de nossa abordagem da comunicação, não respondemos propriamente à questão "o que é comunicação?". Agora já podemos enfrentar esse problema. Derivada do latim communicare, a palavra comunicação, em nossa abordagem, ██████████ tem um sentido que não se distancia muito do que o senso comum lhe empresta: "tornar comum", "partilhar", "repartir", "associar", "trocar opiniões", "conferenciar". Destaca-se ainda que "comunicação implica em participação (communicatio tem o sentido de 'participação') em interação, em troca de mensagens, em emissão ou recebimento de informações novas" (16).

A riqueza humana e social desse processo de "comunhão", "repartição", "partilha", "associação", etc, vem sendo empobrecida pela abordagem de muitos teóricos que se limitam ao registro do aspecto fenomênico dos processos. Vejamos as convergências e contradições que alguns desses conceitos apresentam em relação à análise que estamos desenvolvendo (17):

(16. Miller):

"Transmissão de informações, idéias, emoções, habilidades, etc., por meio do uso de símbolos - palavras, imagens, figuras, gráficos, etc. É o ato ou processo de transmissão que geralmente recebe o nome de comunicação" (B. Berelson e G. Steiner).

"Comunicação é a resposta discriminativa de um organismo a um estímulo. Esta definição diz que ocorre comunicação quando alguma perturbação ambiental (o estímulo) vai de encontro a um organismo e o organismo faz alguma coisa a esse respeito (dá uma resposta discriminativa). Se o estímulo é ignorado pelo organismo, não há comunicação. A prova é uma reação diferencial de alguma espécie. A mensagem que não tem resposta não é comunicação. Esta definição é ampla, operacional e comportamental" (S. Stevens).

"Estabelecimento de uma unidade social entre seres humanos, pelo uso de signos de linguagem. A compartilha de conjuntos comuns de regras, para várias atividades que visam um objetivo. (...) Toda comunicação procede por meio de signos, com os quais um organismo afeta o comportamento do outro (ou, de modo mais geral, o estado do outro). (...) Comunicação não é a resposta em si mesma, mas é essencialmente a relação que se estabelece com a transmissão do estímulo e a evocação da resposta" (Colin Cherry).

"atividade sensorial e nervosa que inclui 'a coleta de informações de diferentes partes do ambiente e diferentes partes do corpo, a armazenagem e restabelecimento da informação, a disposição, processamento e avaliação que ocorre no processo de tomada de decisão, a circulação de informações para os centros de ação e, especialmente, o preparo de ordens que resultam no envio de mensagens para o ambiente" (Wilbur Schramm).

"Comunicação é o processo por meio do qual o indivíduo (o comunicador) transmite estímulos (geralmente símbolos verbais) para modificar o comportamento de outros indivíduos (receptores)" (C. Hovland).

"Comunicação significa informação que passa de um lugar para outro" (G. Miller).

"Transmissão de informações, idéias, emoções, habilidades, etc., por meio do uso de símbolos - palavras, imagens, figuras, gráficos, etc. É o ato ou processo de transmissão que geralmente recebe o nome de comunicação" (B. Berelson e G. Steiner).

Em nossa análise, consideramos que os processos de comunicação são inerentes à relações sociais e que se desenvolvem através da mediação de símbolos. Um conceito de comunicação, adequado a esse enfoque, deve reunir esses elementos de análise: comunicação é a efetivação da Função Simbólica numa determinada relação social. Conforme nossa definição, a abordagem científica da comunicação necessita realizar :

1. Análise da mediação simbólica: Em qualquer processo de comunicação, é materializada uma estrutura - mais ou menos estável - de elementos sensorios de um sistema simbólico, que portam significados. Configurada como um produto humano-social, essa estrutura de deve ser analisada de modo sistemático. Essa análise só pode ser procedida na medida em que avançarem as teorias sobre a linguagem ou linguagens que configurarem a estrutura em questão, [REDACTED] [REDACTED] revelando sua semântica e sintaxe.

2. Análise do processo da comunicação: Qualquer relação social produz um processo de comunicação. A nossa abordagem, portanto, deve perguntar, "qual é o processo de comunicação que encerra uma da relação social. É tarefa de nossa abordagem, a descrição [REDACTED] desse processo, e de sua relação com a estrutura simbólica produzida.

3. Análise do contexto histórico-social: O processo de comunicação produzido por uma da relação social e a Função Simbólica nele efetivada, tem de ser explicada através do contexto da sociedade em que se desenvolve, num dado momento histórico.

Nossa abordagem propõe a Função Simbólica como categoria ontológica, tão fundamental quanto a categoria Trabalho, na constituição da realidade humano-social, que além da objetividade material, consiste num universo simbólico, como reprodução espiritual da realidade e inscrição do significado humano sobre a materialidade.

5. PRAXIS, IDEOLOGIA E CIÊNCIA

Voltemos ao exame de um aspecto importante da ~~praxis~~ praxis humana. O processo de socialização, isto é, o conjunto das relações sociais que o indivíduo estabelece no curso de sua existência, ao mesmo tempo que lhe possibilita o desenvolvimento do pensamento, lhe transmite os códigos dos sistemas de linguagem existentes e os valores correspondentes às condições ~~de~~ históricas, às relações de classe, etc. Nesse processo de socialização os indivíduos assimilam os códigos de linguagem, os valores predominantes no grupo ou classe (ou grupos e classes) ~~através~~ através dos quais foi socializado, constituindo algo que poderíamos chamar, simplificada-mente, de sistema de idéias ou ideologia.

Vê-se, dessa forma, que a ideologia - tal como ^{AQUI} se apresentou a noção - é algo imponderável, não mensurável, inavaliável em toda a sua extensão e profundidade, tal como se estrutura num indivíduo. Cada indivíduo, com suas peculiaridades psicológicas, elabora um ~~corpo~~ corpo de conhecimentos próprio e ~~dotado~~ ^{dotado} de singularidade. A ideologia, estruturando-se com os códigos e valores emergentes da sociedade, assume em cada indivíduo um caráter universal e singular. Mas se a ideologia é tão inefável, não o é o produto ideológico. Isto é, o resultado da praxis. E é por ^{ESSE} resultado que podemos conectá-la e interpretá-la.

O "ideológico" é a objetivação, na praxis, do ato teleológico baseado em todo o conhecimento (conjunto das representações espirituais da realidade) do indivíduo, isto é, sua ideologia. Ideológico é o ato teleológico do homem na construção da realidade humana. A própria ideologia é produto do ato teleológico, num processo ontocriativo, que se objetiva na praxis. A ideologia traduz-se numa qualidade da praxis. Podemos avaliar a ideologia pela qualidade que imprime à praxis, pelo seu conteúdo ideológico.

Essa problemática, aponta uma outra questão: "o que é a ideologia de uma classe?". Ora, em primeiro lugar temos de lembrar que classe é uma abstração. Isto é óbvio, mas é necessário ter clareza de que não será um classe que tomará determinada consciência, mas cada um dos indivíduos desta classe. Uns

mais, outros menos. E os indivíduos só compartilham "valores ideológicos", em determinada classe, porque estão submetidos a uma praxis comum, ou semelhante.

A consciência correspondente a uma classe, portanto, é apenas mais ou menos verdadeira, é um denominador comum tomado sobre alguns "valores ideológicos", ou "expressões ideológicas". Falsifica a realidade a análise ^{AQUELE} que reduz seres humanos, com toda sua riqueza e singularidade, a modelos de ideologia.

Passemos a outra ordem de problemas: a questão da relação entre ciência e ideologia. A praxis teórica, intelectual, é uma praxis ideológica, como procuramos demonstrar, ~~mas~~ pois manifesta intencionalidade humana. Logo, também o é a praxis científica, visto que a praxis é um contínuo criar da realidade humana, um contínuo expressar do que é humano, num contínuo optar ideológico. Teríamos, assim, que a ciência é o resultado de uma determinada praxis ideológica. Seria a ciência, então, uma ideologia? Mas o que é ciência? Ora, a ciência é a consciência social que apanhou a concreticidade da realidade, tendo contornos de verdade absoluta e verdade relativa.

Se aceitarmos isso, então temos como a grande questão científica, a destruição da pseudoconcreticidade. Aliás, essa tarefa - a superação da pseudoconcreticidade - embora só tenha sido colocada a partir de Hegel (de certo modo) e Marx, é aceita teoricamente como a verdadeira tarefa da ciência, a motivação ~~fundamental~~ da ciência, aceita pacificamente por todas as correntes filosóficas, ainda que das formas mais diversas e obíquas.

~~Consistindo~~ Consistindo a ciência na concreta representação e explicação da realidade, não coloca a ciência, a priori, nenhuma alternativa para a construção humana do real. Esse é, então, o campo de manifestação da ideologia!

A tarefa histórica da ciência é a luta ^{CONTRA A} ~~contra~~ pseudoconcreticidade. Mas na medida que são apontadas as raízes da pseudoconcreticidade, a tarefa ideológica da construção da realidade humano-social se confunde com a tarefa da ciência: a pseudoconcreticidade - como produto histórico-social - só pode ser superada com a superação das condições históricas que a engendram.

A superação da pseudoconcreticidade e o desvendamento da realidade em sua concreticidade, nada dizem sobre a construção da realidade humana. O modo de produzir a realidade humana e seus objetivos, serão sempre opções ideológicas, visto que a ciência nada diz a priori. O conhecimento científico é, portanto, um patrimônio cultural objetivo, concreto e histórico. E que se instrumentaliza ideologicamente na articulação que se produz no conhecimento a nível individual, e na cultura a nível social, com o conjunto das representações espirituais. Esta é a ideologia da ciência, que é esse campo de expressão do humano, na praxis científica, e que procura produzir conhecimentos objetivos sobre a realidade concreta, para incorporar ao patrimônio universal (ou não). Mas, por outro lado, existe - como expressão do elevado desenvolvimento da filosofia e do conhecimento humano - a ciência da ideologia, que é o exame da praxis humana frente à sua contemporaneidade.

6. ANOTAÇÕES PARA UMA METODOLOGIA DE ANÁLISE

No capítulo II do [redacted] presente trabalho afirmamos, pelas palavras de Karel Kosik, que "se a realidade é entendida como concreticidade, como um todo que possui sua própria estrutura (e que, portanto, não é caótico), que se desenvolve (e, portanto, não é imutável nem dado uma vez por todas), que vai se criando (e que, portanto, não é um todo perfeito e acabado no seu conjunto e não é imutável apenas em suas partes isoladas, na maneira de ordená-las), de semelhante concepção da realidade decorrem certas conclusões metodológicas que se convertem em orientação neurística e princípio epistemológico" (18). Vejamos a seguir, detalhadamente, as consequências para estudo, descrição, compreensão, ilustração e avaliação dessa seção tematizada da realidade que é a comunicação. Trata-se de avaliar o lugar de que conjunto de fatos envolvidos na comunicação ocupa na totalidade do real e a legalidade do seu desenvolvimento.

6.1. Comunicação e Relações Sociais

Qualquer processo de relações sociais envolve comunicação, tal como a definimos anteriormente: mediante a efetivação da Função Simbólica. Já apontamos, também, que o processo de socialização, isto é, o conjunto das relações sociais experimentadas pelo indivíduo no curso de sua existência, transmite-lhe os códigos semânticos e sintáticos das linguagens usuais e os valores materiais e sociais que prevalecem nos grupos ou classes sociais através dos quais se [redacted] efetua a socialização. A socialização cristaliza-se em padrões de comportamento, muitas vezes [redacted] antagônicos, que servem de regulamento e orientação para sua atividade.

Pressupomos, em nossa análise, que a comunicação é inerente às relações sociais. Sob este enfoque, amplia-se consideravelmente o âmbito de [redacted] ^{MANIFESTAÇÃO} dos processos de comunicação, em relação a outras abordagens. Os processos de comunicação, assim, não são tidos como dados, mas devem sua especificidade à relação social que os envolve. Em determinadas relações sociais, o processo de

comunicação está tão pouco evidente que devemos investigar detidamente como ele se apresenta e se desenvolve.

De um modo geral podemos afirmar a correção das perguntas do clássico esquema lasswelliano (quem?, diz o que?, a quem?), assim como de outros teóricos que dividem a comunicação em uma fonte, uma mensagem, e um receptor. Fica claro, porém, que esses modelos apresentam uma visão estática dos fatos da comunicação, e destacam como produtos fixados os elementos dinamicamente envolvidos no processo.

Nossa proposta é de que, na análise da relação social que envolve a comunicação, seja compreendido o dinamismo da conexão entre o "quem?" e o "a quem?", proposto por Lasswell. Essas indagações exigem uma sistematização. Em determinados casos, como na operação da indústria cultural, o "quem?" é uma complexa organização burocrática e o "a quem?" é um número indeterminado de indivíduos, e as relações sociais envolvem complexas relações de produção. Em outros casos, o processo de comunicação se estende de tal forma no tempo que deixa de ser evidente. É o caso do processo de comunicação gerado por uma obra arquitetônica.

Esse enfoque privilegia o processo da comunicação - como expressão de relações sociais - e combate a visão hipostasiada de meio de comunicação que apresentam-se como meros recursos técnicos que mediam as relações sociais. Nossa análise coincide com a visão que Jesus Manuel Martínez tem do problema: "Nossa proposta é que consideremos os meios, nem como meios de informação nem de comunicação, senão atendo-nos a uma perspectiva mais limitada e prévia, como intermediários técnicos das relações sociais. Ela nos leva a estabelecer desde o começo que o caráter específico destes meios dependerá de tipo de relações que se estabeleçam no contexto social"(19).

Martínez acentua a necessidade do exame das relações sociais no processo da comunicação, exemplificando com usos possíveis do telefone: "O telefone é um aparato eletrônico que serve para transportar a voz mais além de seu alcance natural. Se o usam dois enamorados que se acham distante fisicamente,

o telefone será o suporte de sua relação comunicacional. Porém o telefone do gerente será bem mais um meio de direção e de controle. Isto significa que os meios que se usam para transmitir mensagens entre pessoas adquirem a qualidade da relação que se dá entre essas mesmas pessoas; a expressam, eventualmente a provocam e, desde logo, a intensificam"(20).

Acreditamos que o verdadeiro meio de comunicação, através do qual se efetua a Função Simbólica, é a estrutura objetivada de elementos simbólicos.

A relação social envolve, muitas vezes, meios técnicos para a produção desta estrutura, mas é um produto objetivo que portará os significados. Evidentemente, as relações sociais que conduzem esse processo de comunicação contribuirão decisivamente para a formação do significado. Mas esse é um nível de análise da estrutura simbólica, que ██████████ veremos a seguir.

6.2. Análise da mediação simbólica

A estrutura objetivo-formal - mais ou menos estável - de elementos sensoriais de um sistema simbólico, é o testemunho material do processo de comunicação que efetiva a Função Simbólica, ██████████ nas relações sociais. Eliseo Verón chama a estrutura simbólica de "matéria significante" e a define como "o tipo de elementos sensoriais com que estão construídos os significantes da mensagem"(21). A materialidade desta estrutura comporta elementos de variada natureza, integrados em unidade dialética: elementos ideológicos, temáticos, de composição, de linguagem (22). Analisando a obra de arte, Karel Kosik fornece a base de nossa interpretação: "A eficácia da obra de arte não consiste numa propriedade física dos objetos, livros, imagens ou estátuas, como objetos naturais ou elaborados; é um específico modo de existência da obra como realidade humano social"(23).

██████████ Kosik apresenta mais elementos para nossa análise: "A realidade social como natureza humana é inseparável dos ██████████ próprios produtos e das formas de sua existência: esta não existe a não ser na totalidade histórica destes seus produtos, os quais em relação a ela não são 'coisas' exteriores

e acessórias, e que não só exprimem o caráter da realidade (natureza) humana, mas também, por sua vez, a criam"(24). "Um templo grego, uma catedral medieval ou um palácio renascentista exprimem a realidade, mas ao mesmo tempo criam a realidade. (...) A obra de arte, contudo, exprime o mundo enquanto o cria. Cria o mundo enquanto revela a verdade da realidade, enquanto a realidade se exprime na obra de arte. Na obra de arte a realidade fala ao homem"(25).

Essa capacidade de revelação permitida pela obra de arte - e em nosso entender, ^{DE CERTO MODO E EM CERTA MEDIDA,} também por qualquer estrutura simbólica, desde que convenientemente interpretada - resulta da unidade dialética entre a obra e a realidade social. O próprio Kosik alerta para o perigo do reducionismo nessa análise: "Se se considera a realidade social em relação à obra de arte exclusivamente como as condições e as circunstâncias históricas que determinaram ou condicionaram a origem da obra, a obra em si e sua qualidade artística tornam-se algo inumano. Se a obra é fixada apenas como obra social, predominantemente ou exclusivamente na forma de objetividade reificada, a subjetividade será concebida como algo associal, como um fato condicionado, porém não criado nem constituído pela realidade social"(26). "Se a relação da obra com a realidade social é entendida como relação de condicionado para condicionante, a realidade social em relação à obra é reduzida a situação social e, portanto, a 'algo' que se encontra em relação à obra apenas como pressuposto externo e condição exterior. A obra de arte é parte integrante da realidade social, é elemento da estrutura de tal sociedade e expressão da produtividade social e espiritual do homem"(27)

^{nde} Entendemos que as colocações de Kosik a respeito da obra de arte são perfeitamente válidas para o exame das estruturas de elementos simbólicos num processo de comunicação. Corretamente "lida" essa estrutura revela sua integração à realidade em sua totalidade e concreticidade. Definimos três níveis de análise da mensagem (estrutura simbólica):

1. Estrutural - Consiste na análise sistemática da estrutura objetivo-formal de elementos de um sistema simbólico, que porta significados. Deve revelar a sintaxe e a semântica que coordenam o emprego dos símbolos. Eliseo

Verón, denomina "processo de memantização" a prática que preside à elaboração de uma estrutura. Conforme Verón, a "seleção dentro de um repertório de unidades disponíveis, a combinação das unidades relacionadas para formar a mensagem", tem um efeito significativo de "metacomunicação. Verón também salienta que "resulta conveniente contar com uma descrição completa das ordens sensoriais contidas num corpo (matéria significante) e das séries informacionais construídas sobre a base de cada um. Uma série informacional é um processo empírico de transmissão de signos que obedece a um código. Uma mensagem concreta de comunicação social com toda ^{de} probabilidade conterá vários sistemas de codificação, que operam simultaneamente sobre uma ou várias ordens sensoriais" (28). Ele exemplifica com o exame de um meio impresso, que deve considerar a "série visual lingüística" (linguagem escrita, transcrita graficamente), a "série visual paralingüística" (compreende os recursos gráficos que qualificam o texto de várias maneiras) e a "série visual não lingüística" (como imagens fotográficas, desenhos, cores, etc). Verón conclui destacando a importância da "forma material concreta que serve de veículo às mensagens" pois "muitas ~~das~~ ^{DE SUAS} características afetam a transmissão da informação" (29).

2. Conteúdo imediato - É o nível de significação que tem estreita vinculação com a especificidade da relação social. É o carácter funcional, operacional, pragmático que a mensagem (estrutura simbólica possui dentro da relação social. No exemplo citado anteriormente por Martínez, quanto ao uso do telefone, trata-se de descrever a função imediata das estruturas de símbolos no processo de comunicação da relação social estabelecida, num caso, com a conversa entre dois namorados, e no outro caso, com a voz de comando de um gerente. Esse nível de significação se expressa denotativamente.

3. Conteúdo mediato - É o nível de significação ideológica, que se expressa conotativamente. Esse nível ideológico só pode ser revelado por uma análise que tome como referência a totalidade concreta em que a estrutura foi produzida. O seu conhecimento se torna possível se consistir num movimento circular que vai da estrutura da "mensagem" ao contexto histórico social, pas

sando pela relação que produz o processo de comunicação, e [REDACTED] retornando à "mensagem".

6.3. Análise do contexto histórico-social

A totalidade e a concreticidade do real não são apenas o pano de fundo da Função Simbólica efetivada num processo de comunicação produzido por relações sociais. Ao mesmo tempo que a Função Simbólica, a comunicação e as relações sociais são produtos, também criam a totalidade e a concreticidade do real. O contexto histórico-social é referência permanente para nossa análise, mas também acaba por ser revelação de nossa investigação.

7. CONCLUSÕES

Na estrutura objetivo-formal de elementos simbólicos que media uma relação social, estão cristalizados valores ideológicos, inscritos na ordenação de sua materialidade. Essa estrutura é um reflexo objetivado da sociedade que a produziu. É um livro aberto para os que entenderem a "linguagem" da sociedade que a produziu e do modo como foi produzida. Não se trata nem de derivar unilateralmente a história e a sociedade de seus produtos simbólicos, nem os produtos simbólicos da história e da sociedade. Trata-se de entender o homem, no seu devenir histórico, em sua praxis, produzindo a história, a sociedade e os produtos simbólicos que lhe correspondem.

É somente através das objetivações simbólicas (fala, obras de arte, literatura, etc.) que o conhecimento adquire realidade social. Mas não apenas nas estruturas objetivo-formais empregadas intencionalmente num processo de comunicação, pragmático, estará marcada essa dimensão simbólica. Em todos os seus produtos o homem inscreve, consciente ou inconscientemente, a marca de sua humanidade. Este caráter humano está presente tanto numa obra de Leonardo da Vinci como no design de um martelo, de um copo, ou de um automóvel.

A Função Simbólica permeia toda a realidade humano-social, porque essa realidade não é apenas uma esfera de transformação produtiva, material da natureza, mas é, paralelamente, a criação de um universo de significações. Os produtos simbólicos contribuem para o entendimento da história e da realidade humano-social, tanto quanto a história e a realidade humano-social permitem a compreensão dos produtos simbólicos. Nossa abordagem deve recuperar essa unidade, deve examinar o homem e a objetivação de sua contemporaneidade.

A comunicação é uma dimensão das relações sociais. Numa abordagem da função simbólica não deve limitar-se, porém, a essa capacidade humana de organizar símbolos em linguagens lógicas. A utilização da linguagem é apenas uma manifestação evidente da função simbólica. O exame da função simbólica nas relações sociais deve restituir cognoscivamente a totalidade e a concretida-

de da realidade mostrando o fundamento da diferenciação da realidade numano-social sobre a realidade natural.

Essa teoria geral da Função Simbólica ■■■ permitirá aprofundarmo-nos na análise de processos específicos de comunicação, das relações sociais que as envolvem e da mediação simbólica que nelas se efetiva. Algumas abordagens semiológicas aproximam-se desta proposta de enfoque. Outras limitam-se a análise imanente das estruturações simbólicas. Não é objetivo deste trabalho postular os cânones e os protocolos da abordagem da Função Simbólica. Sua pretensão é apontar a discussão alguns caminhos. Talvez estejamos referindo-nos a uma abordagem semiológica. Mas deve ser uma semiologia teoricamente rica para estabelecer uma teoria geral da Função Simbólica (a dimensão simbólica como manifestação da contemporaneidade numano-social) e uma teoria dos discursos, que permita o exame das linguagens, ou sistemas organizados de símbolos, socialmente relevantes.

REFERÊNCIAS (capítulo IV)

- (1) a (9) Figura 1
- (10) SCHRAMM, wilbur. Panorama da comunicação coletiva, p. 10
- (11) FROMM NETTO, Samuel. Comunicação de massa, p. 57
- (12) Não nos interessam, aqui, as discriminações entre os diversos tipos de símbolos existentes. Nossa definição de símbolo, para efeito de discussão, é a mais geral possível: notação de uma relação entre um objeto real e sua representação mental.
- (13) PRADO JÚNIOR, Caio. Notas introdutórias à lógica dialética, p. 103
- (14) Ibidem, p. 104
- (15) COUTINHO, op. cit. pp. 75-8
- (16) RABAÇA, Carlos Alberto & BARBOSA, Gustavo. Dicionário de comunicação, pp. 105-6
- (17) Ibidem, pp. 107-8
- (18) KOSIK, op. cit., pp. 35-6
- (19) MARTÍNEZ, op. cit., p. 113
- (20) Ibidem, p. 113
- (21) VERÓN, op. cit. p. 145
- (22) KOSIK, op. cit. p. 125
- (23) Ibidem, p. 128
- (24) Ibidem, p. 133
- (25) Ibidem, p. 118
- (26) Ibidem, p. 119
- (27) Ibidem, p. 119
- (28) VERÓN, op. cit., p. 143-4
- (29) Ibidem, p. 146

BIBLIOGRAFIA

CIESPAL - Departamento de Investigación. La investigación de la comunicación en América Latina. Preparado para la Reunión de Expertos sobre "La Investigación de la Comunicación en América Latina", a realizar-se entre 2 y 6 de octubre de 1978, en Caracas, Venezuela, bajo el auspicio de la UNESCO. Mimeo.

COULINHO, Carlos Nelson. O estruturalismo e a miséria da razão. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972.

DE FLEUR, Melvin L. Teorias de comunicação de massa. Rio de Janeiro, Zanar, 1976.

DUBOIS, Jean; et alii. Dicionário de lingüística. São Paulo, Cultrix, 1970.

FARIA, Álvaro de. Introdução ao estudo das contradições e do formalismo.

FLINKELSTEIN, Sidney. McLuhan: a filosofia da insensatez. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969.

GROPIUS, Walter. Bauhaus: nova arquitetura. São Paulo, Perspectiva, 1972.

KATZ, Chaim Samuel et alii. Dicionário crítico de comunicação. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1971.

KOSIK, Karel. Dialética do concreto. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

KRISTEVA, Julia. A semiologia: ciência crítica e /ou crítica da ciência. In: LIMA, Luiz Costa (org.). Teoria da cultura de massa. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1970.

LIMA, Heitor Ferreira. Do imperialismo à libertação colonial. São Paulo, Fundo de Cultura, 1965.

- MARTÍNEZ, J. M. "Para entender los medios de comunicación", in: Ideologia y medios de comunicación. Buenos Aires. Amorrutu, 1973.
- MATTELART, Armand et alii. Los medios de comunicación de masas. Santiago, Centro de Estudios de la Realidad Nacional, 1970.
- MILLS; Charles Wright. A imaginação sociológica. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
- MORGAN, Clifford. Psicologia fisiológica. São Paulo, Editora da USP, Editora da UnB, EPU, 1973.
- PFROMM NETTO, Samuel. Comunicação de massa: natureza, modelos, imagem; contribuição para o estudo da psicologia da comunicação de massa. São Paulo, Pioneira, Editora da USP, 1972.
- PRADO JÚNIOR, Caio. Dialética do conhecimento. 2 vol. São Paulo, Brasiliense, 1969.
- PRADO JÚNIOR, Caio. Notas introdutórias à lógica dialética. São Paulo, Brasiliense, 1961.
- RABAÇA, Carlos Alberto & BARBOSA, Gustavo. Dicionário de comunicação. Rio de Janeiro, Codecri, 1973.
- ROSENTHAL, M.N. & IUDIN, P.F. Dicionário filosófico. vols. I, II, III, IV, V. Lisboa, Editorial Estampa, 1972
- SCHRAMM, Wilbur (organ.) Panorama da comunicação coletiva. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964
- TOLEDO, Dionísio (org.) Círculo lingüístico de Praga: estruturalismo e semiologia. Porto Alegre, Globo, 1973.
- VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. Filosofia da praxis. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- VERÓN, Eliseo et alii. Lenguage y comunicacion social. Buenos Aires, Nueva Visión, 1967.